

Sumário

LÍNGUA PORTUGUESA	41	3. GRAUS DOS ADJETIVOS	86
<i>Duda Nogueira e Talita Nogueira</i>		3.1. COMPARATIVO	86
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	41	3.2. SUPERLATIVO	86
APRESENTAÇÃO.....	43	3.2.1. ABSOLUTO	86
		3.2.2. SUPERLATIVO RELATIVO.....	86
✦ QUESTÕES.....	43	4. PRONOME	86
1. ACENTUAÇÃO E SEMÂNTICA	43	4.1. PESSOAL	86
2. PRONOME	46	4.2. DEMONSTRATIVO.....	87
3. VERBO	49	4.3. RELATIVO.....	87
4. ANÁLISE SINTÁTICA	50	5. VERBO	87
5. PERÍODO COMPOSTO	52	5.1. MODOS.....	87
6. CONCORDÂNCIA	56	5.2. TEMPOS.....	87
7. REGÊNCIA E CRASE.....	58	5.2.1. PRESENTE.....	87
8. PONTUAÇÃO	60	5.2.2. FUTURO.....	87
9. COESÃO E COERÊNCIA.....	62	5.2.3. PRETÉRITO	87
10. INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	67	5.3. VOZES VERBAIS.....	87
11. REDAÇÃO OFICIAL.....	82	5.3.1. VOZ ATIVA	87
		5.3.2. VOZ PASSIVA	87
✦ DICAS	83	5.3.2.1. PASSIVA ANALÍTICA..	87
1. ACENTUAÇÃO.....	83	5.3.2.2. PASSIVA SINTÉTICA..	87
1.1. REGRAS DE ACENTUAÇÃO GRÁFICA....	83	5.3.3. VOZ REFLEXIVA.....	87
1.2. PROPAROXÍTONAS.....	83	6. ANÁLISE SINTÁTICA	87
1.3. PAROXÍTONAS.....	83	6.1. FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	87
1.3.1. OBSERVAÇÕES.....	83	6.2. SUJEITO	88
1.4. OXÍTONAS	83	6.3. PREDICAÇÃO VERBAL	88
1.5. MONOSSÍLABOS.....	84	6.4. PREDICATIVO: QUALIFICA O SUJEITO OU O OBJETO	88
1.5.1. MONOSSÍLABOS TÔNICOS	84	6.5. PREDICADO	88
1.5.2. MONOSSÍLABOS ÁTONOS.....	84	6.6. COMPLEMENTOS VERBAIS.....	88
1.5.3. OBSERVAÇÕES.....	84	6.7. AGENTE DA PASSIVA	88
1.6. REGRAS ESPECIAIS	84	6.8. COMPLEMENTO NOMINAL.....	88
2. REFORMA ORTOGRÁFICA	84	6.9. ADJUNTO ADVERBIAL.....	88
2.1. ACENTO AGUDO	84	6.10. APOSTO.....	88
2.2. ACENTO DIFERENCIAL.....	85	6.11. VOCATIVO	89
2.3. ACENTO CIRCUNFLEXO.....	85	7. PERÍODO COMPOSTO	89
2.4. TREMA	85	7.1. COORDENAÇÃO: SÃO ORAÇÕES INDE- PENDENTES SINTATICAMENTE	89
2.5. ALFABETO	85	7.2. SUBORDINAÇÃO	89
2.6. HÍFEN.....	85	8. CONCORDÂNCIA VERBAL.....	89
2.6.1. USO DO HÍFEN.....	86	9. CONCORDÂNCIA NOMINAL	89
2.7. ORTOGRAFIA	86	10. REGÊNCIA VERBAL.....	89
2.7.1. VOCÁBULOS MUITO EXIGI- DOS EM CONCURSOS.....	86	11. REGÊNCIA NOMINAL	90

12. CRASE.....	90	5.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	142
13. PONTUAÇÃO.....	90	5.3.1. DIREITOS DO SERVIDOR. REMUNERAÇÃO, CUMULAÇÃO DE CARGOS, GREVE E APOSENTADORIA.....	142
14. COLOCAÇÃO PRONOMINAL	91	5.3.2. RESPONSABILIDADE EXTRA-CONTRATUAL DO ESTADO E OUTRAS REGRAS.....	146
15. COESÃO E COERÊNCIA – REESCRITURA DE FRASES.....	91	5.4. SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	147
15.1. COESÃO REFERENCIAL	91	5.4.1. PODER LEGISLATIVO	147
15.2. COESÃO SEQUENCIAL.....	92	5.4.1.1. PROCESSO LEGISLATIVO	154
15.3. PARÁFRASE.....	92	5.4.2. PODER EXECUTIVO	160
15.4. PERÍFRASE.....	92	5.4.3. PODER JUDICIÁRIO.....	163
15.5. TIPOS DE INCOERÊNCIA.....	93	5.4.4. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	167
16. INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	93	5.4.5. SÚMULA VINCULANTE.....	168
16.1. TIPOLOGIA TEXTUAL.....	93	5.5. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	171
16.2. GÊNEROS TEXTUAIS	94	6. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	172
17. REDAÇÃO OFICIAL.....	95	6.1. CONTROLE DIFUSO.....	172
17.1. DICAS MAIS PEDIDAS.....	95	6.2. CONTROLE CONCENTRADO	173
17.1.1. O QUE É REDAÇÃO OFICIAL ...	95	7. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	179
17.1.2. A IMPESSOALIDADE.....	96	8. SEGURANÇA PÚBLICA	183
17.1.3. A LINGUAGEM DOS ATOS E COMUNICAÇÕES OFICIAIS.....	96	9. TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO.....	184
17.1.4. FORMALIDADE E PADRONIZAÇÃO.....	97	10. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	189
17.1.5. CONCISÃO E CLAREZA	97	11. ORDEM SOCIAL.....	193
✦ BIBLIOGRAFIA	98	✦ DICAS.....	199
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	99	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	199
<i>Maurício da Silva Miranda,</i>		PODER CONSTITUINTE E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	205
<i>Rafael Assed de Castro</i>		1. PODER CONSTITUINTE	205
<i>e Paulo Lépore</i>		2. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL	207
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	99	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	208
✦ QUESTÕES.....	101	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	210
1. CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO.....	101	✦ SÚMULAS	232
2. PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS.	104	✦ INFORMATIVOS	233
3. PRINCÍPIOS DA CONSTITUIÇÃO.....	107	STF.....	233
4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	108	STJ.....	234
4.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	108	DIREITOS SOCIAIS.....	236
4.2. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	118	DIREITOS DA NACIONALIDADE	238
4.3. DIREITOS SOCIAIS.....	122	DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	240
4.4. DIREITOS DA NACIONALIDADE	124	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA	243
4.5. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	126	✦ INFORMATIVOS	249
5. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	129	STF.....	249
5.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA	129	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	255
5.2. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	134	SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	260
		✦ SÚMULAS	277

✦ INFORMATIVOS.....	277	10. BENS PÚBLICOS	416
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	282	11. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE ...	424
STF	288	12. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL DO ESTADO	435
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	290	13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	447
DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	308	14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92	458
TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.....	309	✦ DICAS.....	471
ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	311	1. CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	471
ORDEM SOCIAL.....	312	2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	471
STF	315	3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR .	472
1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	315	4. AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	475
1.1. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	316	5. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	478
1.1.1. HABEAS CORPUS.....	316	5.1. LEI Nº 8.112/90	478
1.1.2. MANDADO DE SEGURANÇA..	317	6. PODERES ADMINISTRATIVOS	483
2. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	317	7. ATO ADMINISTRATIVO.....	484
3. DIREITOS SOCIAIS	317	8. PROCESSO ADMINISTRATIVO	486
4. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	317	8.1. LEI Nº 9.784/99.....	486
5. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	317	9. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	487
5.1. DA UNIÃO.....	317	10. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	493
5.2. DOS ESTADOS FEDERADOS	318	11. BENS PÚBLICOS	495
5.3. DOS MUNICÍPIOS	318	12. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	496
6. SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	319	13. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL DO ESTADO	497
6.1. DO PODER LEGISLATIVO.....	319	14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	498
6.2. DO PODER EXECUTIVO.....	320	15. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92	499
6.3. DO PODER JUDICIÁRIO	320	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	500
7. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	321	1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	500
7.1. DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	321	1.1. SÚMULA DO STF	500
7.2. DA DEFENSORIA PÚBLICA	322	2. AGENTES PÚBLICOS.....	501
8. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	322	2.1. SERVIDOR PÚBLICO	501
9. ORDEM SOCIAL.....	323	2.1.1. CONCURSO PÚBLICO	501
9.1. DA SEGURIDADE SOCIAL.....	323	2.1.2. DEMISSÃO.....	501
9.2. DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO	323	2.1.3. DISPONIBILIDADE.....	501
STJ.....	323	2.1.4. REMUNERAÇÃO.....	501
DIREITO ADMINISTRATIVO	325	2.1.5. TEMPO DE SERVIÇO	502
Larissa Mercês		2.1.6. VITALICIEDADE	502
e Leandro Bortoleto		2.1.7. NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO (NEPOTISMO)	502
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	325	3. PODERES ADMINISTRATIVOS	502
✦ QUESTÕES.....	327	3.1. PODER DE POLÍCIA.....	502
1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	327	4. ATO ADMINISTRATIVO.....	503
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR...	331	5. PROCESSO ADMINISTRATIVO	503
3. AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	343	6. BENS PÚBLICOS	503
4. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	352	7. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	503
5. PODERES ADMINISTRATIVOS	357	7.1. DESAPROPRIAÇÃO	503
6. ATO ADMINISTRATIVO.....	365		
7. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	378		
8. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	381		
9. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	408		

✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	504	✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	544
✦ STF	504	1. A ORDEM URBANÍSTICA NA CONSTITUIÇÃO.....	544
1. AGENTES PÚBLICOS.....	504	2. PARTE GERAL DE DIREITO URBANÍSTICO	544
1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	504	3. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO – LEI	
1.2. CONCURSO PÚBLICO	504	6766/79	545
1.3. REGRAS REMUNERATÓRIAS.....	505	4. ESTATUTO DA CIDADE	546
2. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE ...	505		
2.1. DESAPROPRIAÇÃO	505	DIREITO FINANCEIRO	547
3. LICITAÇÕES	505	<i>Maurício da Silva Miranda</i>	
4. PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA	505	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	547
5. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	506	✦ QUESTÕES	549
5.1. PROCESSO ADMINISTRATIVO (DISPO-		1. ORDEM FINANCEIRA NA CONSTITUIÇÃO	
SIÇÕES GERAIS)	506	FEDERAL.....	549
5.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO (DISCI-		2. NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO.....	558
PLINAR)	506	3. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LC N°	
6. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	506	101/2000.....	567
		✦ DICAS	576
✦ STJ	506	1. ORDEM FINANCEIRA NA CONSTITUIÇÃO	
1. AGENTES PÚBLICOS.....	506	FEDERAL.....	576
1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	506	2. NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO.....	578
1.2. CONCURSO PÚBLICO	506	3. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LC N°	
2. BENS PÚBLICOS	507	101/2000.....	582
3. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	507	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	583
4. PODERES ADMINISTRATIVOS	507	1. ORDEM FINANCEIRA NA CONSTITUIÇÃO	
5. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	507	FEDERAL.....	583
5.1. PROCESSO ADMINISTRATIVO (DISPO-		2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LC N°	
SIÇÕES GERAIS)	507	101/2000.....	583
6. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	507	✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	583
7. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	508	1. ORDEM FINANCEIRA NA CONSTITUIÇÃO	
7.1. CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORI-		FEDERAL.....	583
ZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	508	2. NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO.....	584
8. OUTROS TEMAS.....	508	3. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LC N°	
		101/2000.....	584
DIREITO URBANÍSTICO	509		
<i>Fernanda Lousada Cardoso</i>		DIREITO TRIBUTÁRIO	585
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	509	<i>Alan Martins</i>	
		<i>e Dimas Yamada Scardoelli</i>	
✦ QUESTÕES	511	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	585
1. A ORDEM URBANÍSTICA NA CONSTITUIÇÃO.....	511	✦ QUESTÕES	587
2. PARTE GERAL DE DIREITO URBANÍSTICO	515	1. TRIBUTOS E SUAS ESPÉCIES	587
3. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO – LEI		2. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE	
6766/79.....	520	TRIBUTAR.....	603
4. ESTATUTO DA CIDADE	525	3. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	622
		4. REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	633
✦ DICAS	538	5. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	640
1. A ORDEM URBANÍSTICA NA CONSTITUIÇÃO.....	538	6. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E FATO GERADOR.....	651
2. PARTE GERAL DO DIREITO URBANÍSTICO	538		
3. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO – LEI			
6766/79.....	539		
4. ESTATUTO DA CIDADE	540		
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	544		

7. SUJEITOS (ATIVO E PASSIVO), RESPONSABILIDADE, CAPACIDADE E DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO..	653	4.1. IOF	777
8. CRÉDITO TRIBUTÁRIO: CONSTITUIÇÃO (LANÇAMENTO), GARANTIAS, PRIVILÉGIOS E SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE.....	663	4.2. IPI	777
9. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	675	4.3. IRPJ/IRPF	777
10. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	686	5. IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	777
11. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (FISCALIZAÇÃO, DÍVIDA ATIVA E CERTIDÕES).....	691	5.1. ISSQN	777
12. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	700	✦ STJ	778
✦ DICAS	712	1. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	778
1. TRIBUTOS E SUAS ESPÉCIES	712	1.1. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA...778	
2. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR.....	726	2. CRÉDITO TRIBUTÁRIO	778
3. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	733	2.1. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO778	
4. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	736	2.1.1. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA778	
5. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E FATO GERADOR.....	741	3. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	778
6. SUJEITOS, RESPONSABILIDADE, CAPACIDADE E DOMICÍLIO.....	743	3.1. FISCALIZAÇÃO	778
7. CRÉDITO TRIBUTÁRIO (LANÇAMENTO, GARANTIAS, PRIVILÉGIOS, SUSPENSÃO)	746	4. IMPOSTOS FEDERAIS.....	778
8. EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	751	4.1. II/IE	778
9. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (FISCALIZAÇÃO, CERTIDÕES, DÍVIDA ATIVA)	754	4.2. IRPJ/IRPF	778
10. PROCESSO TRIBUTÁRIO (ADMINISTRATIVO E JUDICIAL) E DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO.....	757	4.3. IPI	778
✦ SÚMULAS	764	5. IMPOSTOS ESTADUAIS	779
1. TRIBUTOS E SUAS ESPÉCIES	764	5.1. ICMS.....	779
2. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR.....	768	6. IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	779
3. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	768	6.1. ISSQN	779
4. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E FATO GERADOR.....	769	7. OUTROS TEMAS.....	780
5. SUJEITOS, RESPONSABILIDADE, CAPACIDADE E DOMICÍLIO.....	769	7.1. SIMPLES NACIONAL.....	780
6. CRÉDITO TRIBUTÁRIO (LANÇAMENTO, GARANTIAS, PRIVILÉGIOS, SUSPENSÃO)	770		
7. EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	771		
8. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (FISCALIZAÇÃO, CERTIDÕES, DÍVIDA ATIVA)	773		
9. PROCESSO TRIBUTÁRIO (ADMINISTRATIVO E JUDICIAL) E DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO.....	773		
✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	776		
✦ STF	776		
1. TRIBUTOS.....	776		
1.1. TAXAS	776		
1.2. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS	776		
2. CRÉDITO TRIBUTÁRIO	777		
3. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	777		
4. IMPOSTOS FEDERAIS.....	777		
		DIREITO ECONÔMICO	781
		<i>Maurício da Silva Miranda</i>	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	781
		✦ QUESTÕES	783
		✦ DICAS	784
		1. CONCEITO	784
		2. ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	784
		3. DIREITO DA CONCORRÊNCIA.....	784
		✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	785
		✦ INFORMATIVO APLICÁVEL	785
		DIREITO AMBIENTAL	787
		<i>Rafael Costa Freiria e</i>	
		<i>Taisa Cintra Dosso</i>	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	787
		✦ QUESTÕES	789
		1. MEIO AMBIENTE: HISTÓRICO, CONCEITO, PRINCÍPIOS E CONSTITUIÇÃO FEDERAL	789
		2. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – PNMA – LEI Nº 6.938/1981.....	792

3. PODER DE POLÍCIA, LICENCIAMENTO E ESTUDOS AMBIENTAIS (EIA)	793	OBJETIVOS E INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS.....	815
4. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS PELO PODER PÚBLICO	795	OUTORGA DOS DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	815
5. RECURSOS HÍDRICOS	797	EXCEÇÕES AO REGIME DE OUTORGA	816
6. RESPONSABILIDADE CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL POR DANOS AMBIENTAIS/TUTELA PROCESSUAL DO MEIO AMBIENTE.....	798	COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	816
7. RESÍDUOS SÓLIDOS.....	800	COMPETÊNCIA PARA COBRANÇA.....	816
✦ DICAS.....	802	DEFINIÇÃO DE COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA..	816
1. MEIO AMBIENTE: HISTÓRICO, CONCEITO, PRINCÍPIOS E CONSTITUIÇÃO FEDERAL	802	2.5. PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO..	817
1.1. PRINCIPAIS DOCUMENTOS JURÍDICOS RELATIVOS À TUTELA AMBIENTAL.802		2.6. RESPONSABILIDADE CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL POR DANOS AMBIENTAIS/TUTELA PROCESSUAL DO MEIO AMBIENTE	817
1.2. MEIO AMBIENTE.....	802	RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	817
1.3. PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL...	803	AÇÃO CIVIL PÚBLICA E A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	818
1.4. O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	804	RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA	819
1.5. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	804	RESPONSABILIDADE CRIMINAL.....	820
COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE	804	APLICAÇÃO DAS PENAS POR CRIMES AMBIENTAIS...	821
COMPETÊNCIA MATERIAL COMUM.....	804	CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES.....	821
2. ORDEM ECONÔMICA	804	CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES.....	821
MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL.....	804	CAUSAS EXCLUDENTES DE ANTIJURIDICIDADE	822
MEIO AMBIENTE CULTURAL.....	805	PENAS APLICÁVEIS ÀS PESSOAS FÍSICAS	822
MEIO AMBIENTE DO TRABALHO.....	806	CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO – DA POSSIBILIDADE DE TRANSAÇÃO PENAL.....	823
MEIO AMBIENTE NATURAL.....	806	INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....	824
2.1. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – PNMA – LEI Nº 6.938/1981	807	COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO – CRIMES CONTRA A FAUNA E FLORA.....	824
INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	807	RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA....	824
SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (SISNAMA)	807	PENAS APLICÁVEIS À PESSOA JURÍDICA:	825
2.2. PODER DE POLÍCIA, LICENCIAMENTO E ESTUDOS AMBIENTAIS (EIA).....	808	AÇÃO PENAL	825
PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL	808	2.7. BIODIVERSIDADE/BIOSSEGURANÇA ...	826
LICENCIAMENTO AMBIENTAL	808	ÓRGÃOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA – ÊNFASE NA COMISSÃO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA – CTN BIO.....	828
LICENÇA AMBIENTAL	809	BIODIVERSIDADE E CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO – LEI FEDERAL N. 13.123/2015	829
ESTUDOS AMBIENTAIS E ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL.....	810	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	829
2.3. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS PELO PODER PÚBLICO.....	810	ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS PELO PODER PÚBLICO	829
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	811	PRESCRIÇÃO. MULTA POR INFRAÇÃO AMBIENTAL	829
RESERVA LEGAL	811	✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	829
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	811	✦ STF	829
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	812	✦ STJ.....	830
GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS.....	813	DIREITO CIVIL.....	831
MATA ATLÂNTICA	813	Cassio Roberto dos Santos	
2.4. RECURSOS HÍDRICOS	814	e Ronaldo Vieira Francisco	
DOMÍNIO DAS ÁGUAS	814	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	831
BACIA HIDROGRÁFICA	814		

✦ QUESTÕES.....	835		
▶ ASPECTOS GERAIS DO DIREITO CIVIL ◀.....	835		
1. DIREITO POTESTATIVO.....	835		
2. CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	836		
▶ LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO ◀.....	837		
1. VIGÊNCIA DA LEI.....	837		
2. REVOGAÇÃO DA LEI.....	838		
3. REPRISTINAÇÃO.....	840		
4. INTEGRAÇÃO OU COLMATAÇÃO DAS LEIS.....	840		
5. CONFLITO DE LEIS NO TEMPO.....	841		
6. EFICÁCIA DAS LEIS NO ESPAÇO.....	842		
▶ PARTE GERAL ◀.....	843		
1. PESSOAS NATURAIS.....	843		
1.1. CAPACIDADE.....	843		
1.2. EMANCIPAÇÃO.....	844		
1.3. MORTE PRESUMIDA.....	845		
2. DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	848		
2.1. CARACTERES.....	848		
3. PESSOAS JURÍDICAS.....	850		
3.1. REGRAS GERAIS.....	850		
3.2. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO.....	851		
3.2.1. ASSOCIAÇÃO.....	851		
3.2.2. FUNDAÇÃO.....	852		
3.3. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	853		
3.4. DIREITOS DA PERSONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA.....	857		
3.5. RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO.....	858		
3.6. RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	858		
4. DOMICÍLIO.....	860		
4.1. DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL.....	860		
4.1.1. DOMICÍLIO NECESSÁRIO.....	860		
4.1.2. DOMICÍLIO PROFISSIONAL.....	861		
5. BENS.....	862		
5.1. REGRAS GERAIS.....	862		
5.2. CLASSES DE BENS.....	863		
5.2.1. CONSIDERADOS EM SI MESMOS.....	863		
5.2.1.1. BENS IMÓVEIS.....	863		
5.2.1.2. BENS FUNGÍVEIS E CONSUMÍVEIS.....	863		
5.2.2. RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS.....	864		
5.2.2.1. ACESSÓRIOS.....	864		
5.2.2.1.1. FRUTOS E PRODUTOS.....	864		
5.2.3. QUANTO AO TITULAR DO DOMÍNIO.....	864		
5.2.3.1. BENS PÚBLICOS.....	864		
6. FATOS JURÍDICOS, ATO JURÍDICO E NEGÓCIO JURÍDICO.....	866		
6.1. REGRAS GERAIS.....	866		
6.1.1. RESERVA MENTAL.....	867		
6.2. REPRESENTAÇÃO.....	868		
6.3. ELEMENTOS ACIDENTAIS.....	869		
6.3.1. CONDIÇÃO.....	869		
6.3.2. TERMO.....	869		
6.4. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	870		
6.4.1. ERRO OU IGNORÂNCIA.....	870		
6.4.2. COAÇÃO.....	872		
6.4.3. LESÃO.....	873		
6.4.4. FRAUDE CONTRA CREDORES.....	874		
6.5. INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	874		
6.5.1. NULIDADE.....	874		
6.5.2. SIMULAÇÃO.....	876		
6.5.3. ANULABILIDADE.....	877		
7. ATOS ILÍCITOS.....	878		
7.1. ELEMENTOS ESSENCIAIS DOS ATOS ILÍCITOS.....	878		
7.2. ATOS LESIVOS NÃO ILÍCITOS.....	879		
7.2.1. ESTADO DE NECESSIDADE.....	879		
7.3. ABUSO DE DIREITO OU EXERCÍCIO IRREGULAR DO DIREITO.....	879		
8. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	882		
8.1. PRESCRIÇÃO.....	883		
8.1.1. CAUSAS QUE IMPEDEM OU SUSPENDEM A PRESCRIÇÃO.....	886		
8.1.2. CAUSAS QUE INTERROMPEM A PRESCRIÇÃO.....	888		
8.1.3. PRAZOS DA PRESCRIÇÃO.....	890		
8.2. DECADÊNCIA.....	891		
9. PROVA.....	892		
9.1. DOCUMENTO.....	892		
9.2. PRESUNÇÃO.....	893		
▶ PARTE ESPECIAL ◀.....	893		
■ DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	893		
1. MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES.....	893		
1.1. OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA.....	893		
1.1.1. OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR.....	894		
1.2. OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS.....	895		
1.3. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS.....	896		
1.3.1. SOLIDARIEDADE ATIVA.....	896		
1.3.2. SOLIDARIEDADE PASSIVA.....	897		
2. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	899		
2.1. CESSÃO DE CRÉDITO.....	899		
2.2. ASSUNÇÃO DE DÍVIDA.....	900		
3. ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	900		
3.1. PAGAMENTO.....	900		
3.1.1. DE QUEM DEVE PAGAR.....	900		

3.1.2.	OBJETO DO PAGAMENTO E SUA PROVA	901	3.1.	PAIS, TUTORES E CURADORES	936
3.1.3.	LUGAR DO PAGAMENTO	903	4.	INDEPENDÊNCIAS DAS INSTÂNCIAS OU RESPONSABILIDADES	936
3.2.	FORMAS ESPECIAIS OU INDIRETAS DE PAGAMENTO	904	5.	RESPONSABILIDADE PELA GUARDA DE ANIMAIS	938
3.2.1.	PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO	904	6.	RESPONSABILIDADE POR DEMANDAR DÍVIDA NÃO VENCIDA	938
3.2.2.	IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO	904	7.	RESPONSABILIDADE SOLIDARIA DOS AUTORES E COAUTORES	939
3.3.	EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES SEM PAGAMENTO	905	8.	RESPONSABILIDADE DO MÉDICO	940
3.3.1.	NOVAÇÃO	905	9.	RESPONSABILIDADE PELO DANO ESTÉTICO	940
3.3.2.	COMPENSAÇÃO	905	10.	RESPONSABILIDADE DA EMPRESA LOCADORA DE VEÍCULO	940
3.3.3.	REMISSÃO DE DÍVIDAS	906	11.	RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA DA CHANCE	940
4.	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	907	12.	PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO INDENIZATÓRIA POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	941
4.1.	INADIMPLEMENTO ABSOLUTO	907	13.	INDENIZAÇÃO	942
4.2.	MORA	908	13.1.	REPARAÇÃO INTEGRAL	942
4.3.	JUROS	909	13.2.	REDUÇÃO EQUITATIVA	943
4.4.	CLÁUSULA PENAL	910	14.	CORREÇÃO MONETÁRIA DO DANO MORAL	945
■	CONTRATOS EM GERAL	912	■	DIREITOS DAS COISAS	945
1.	PRINCÍPIOS GERAIS DOS CONTRATOS	912	1.	POSSE	945
1.1.	BOA-FÉ OBJETIVA	912	1.1.	POSSE E SUA CLASSIFICAÇÃO	945
1.1.1.	PRINCÍPIOS CORRELATOS À BOA-FÉ OBJETIVA	913	1.1.1.	DETENÇÃO	946
2.	VÍCIOS REDIBITÓRIOS	913	1.2.	EFEITOS DA POSSE	948
3.	EVICÇÃO	914	1.2.1.	TUTELA DA POSSE	948
4.	EXTINÇÃO DO CONTRATO	915	1.2.2.	PERCEPÇÃO DOS FRUTOS	948
4.1.	DISTRATO	915	2.	DIREITOS REAIS	948
4.2.	CLÁUSULA RESOLUTIVA	916	2.1.	REGRAS GERAIS	948
4.2.1.	ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL DO CONTRATO	917	3.	PROPRIEDADE	949
4.3.	EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO	918	3.1.	REGRAS GERAIS	949
4.4.	ONEROSIDADE EXCESSIVA	919	3.1.1.	DESCOBERTA	951
■	CONTRATOS EM ESPÉCIE	920	3.2.	AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL	951
1.	COMPRA E VENDA	920	3.2.1.	REGRAS GERAIS	951
1.1.	REGRAS GERAIS	920	3.2.2.	USUCAPIÃO	952
1.2.	CLÁUSULAS ESPECIAIS À COMPRA E VENDA	922	4.	DIREITOS DE VIZINHANÇA	957
1.2.1.	PREEMPÇÃO OU PREFERÊNCIA	922	4.1.	USO ANORMAL DA PROPRIEDADE	957
2.	DOAÇÃO	923	4.2.	PASSAGEM FORÇADA	959
3.	EMPREITADA	926	4.3.	PASSAGEM DE CABOS E TUBULAÇÕES	959
4.	TRANSPORTE	928	5.	CONDOMÍNIO	961
5.	SEGURO	929	5.1.	CONDOMÍNIO GERAL	961
■	ATOS UNILATERAIS	930	5.2.	CONDOMÍNIO EDÍLIO OU HORIZONTAL	961
1.	PROMESSA DE RECOMPENSA	930	5.3.	PERSONALIDADE JURÍDICA DO CONDOMÍNIO	962
2.	PAGAMENTO INDEVIDO	931	6.	PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA	963
3.	ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	931	7.	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	964
■	RESPONSABILIDADE CIVIL	933	7.1.	SUPERFÍCIE	964
1.	RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA POR ATIVIDADE LÍCITA DE RISCO	933	7.2.	SERVIDÃO	965
1.1.	RESPONSABILIDADE POR DANO AMBIENTAL	934	7.3.	USUFRUTO	969
2.	RESPONSABILIDADE DO INCAPAZ	934	7.4.	DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR	969
3.	RESPONSABILIDADE POR FATO DE OUTREM	936	8.	DIREITOS REAIS DE GARANTIA	970
			8.1.	REGRAS GERAIS	970
			8.2.	HIPOTECA	971

8.2.1. REGRAS GERAIS	971	2.3.10. ANTINOMIAS OU LACUNAS DE CONFLITO.....	994
■ DIREITO DE FAMÍLIA	972		
1. DIRETO PATRIMONIAL	972	✦ CÓDIGO CIVIL: PARTE GERAL	995
2. INVALIDADE DO CASAMENTO	973	3. PESSOAS	995
2.1. CASAMENTO NULO.....	973	3.1. PESSOAS NATURAIS.....	995
2.2. CASAMENTO ANULÁVEL.....	974	3.1.1. PERSONALIDADE. CAPACIDADE. LEGITIMAÇÃO	995
3. BEM DE FAMÍLIA.....	975	3.1.2. COMEÇO DA PERSONALIDADE. NASCITURO. TEORIAS.	995
4. UNIÃO ESTÁVEL	976	3.1.3. INCAPACIDADES	996
5. CURATELA	978	3.1.3.1. A NOVA LEI 13.146, DE 06..DE JULHO DE 2015.....	996
■ DIREITO DAS SUCESSÕES	979	3.1.4. TEMAS DIVERSOS DE INCAPACIDADE.....	997
1. SUCESSÃO EM GERAL.....	979	3.1.5. REPRESENTAÇÃO. AUTOCONTRATO OU CONTRATO CONSIGO MESMO (CC, ARTS. 115.. A 120).....	998
1.1. REGRAS GERAIS	979	3.1.6. MAIORIDADE. EMANCIPAÇÃO (CC, ART. 5º, I A V).....	999
1.2. HERANÇA JACENTE E VACANTE.....	979	3.1.7. EXTINÇÃO DA PESSOA NATURAL. COMORIÊNCIA.....	1000
2. SUCESSÃO LEGÍTIMA	981	3.2. AUSÊNCIA (CC, ART. 22. A 39).....	1000
2.1. ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA....	981	3.3. DO REGISTRO E DA AVERBAÇÃO.....	1001
		3.4. INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA.....	1002
✦ DICAS	983	3.4.1. NOME. (CC, ART. 16. A 19)	1002
1. ACEPÇÕES E GENERALIDADES DO DIREITO.....	983	3.4.2. ALTERAÇÃO DO PRENOME....	1003
1.1. DIREITO E MORAL.....	983	HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO DO PRENOME DE ACORDO COM A LEI 6.015/73 E PRECEDENTES DO STJ.....	1003
1.2. DIREITO POSITIVO E NATURAL.....	983	3.4.3. ALTERAÇÃO DO SOBRENOME.....	1003
1.3. DIREITO OBJETIVO E SUBJETIVO.....	983	HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO DO SOBRENOME DE ACORDO COM A LEI 6.015/73 E PRECEDENTES DO STJ.....	1003
1.4. DIREITO PÚBLICO E PRIVADO.....	984	3.5. ESTADO DAS PESSOAS	1004
1.5. PRECEDENTES DA CODIFICAÇÃO.....	984	3.6. DIREITOS DA PERSONALIDADE	1004
1.6. CÓDIGO CIVIL DE 1916.....	984	4. PESSOAS JURÍDICAS.....	1009
1.7. CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	984	4.1. FINALIDADE. PERSONALIDADE. SOCIEDADE DE FATO E IRREGULAR.....	1009
1.7.1. CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS DA CODIFICAÇÃO DE 2002.	984	4.2. TEORIAS DA PESSOA JURÍDICA	1009
1.7.2. DIREITO CIVIL – CONSTITUCIONAL. TEORIA DA EFICÁCIA HORIZONTAL	985	QUADRO – TEORIAS DA PESSOA JURÍDICA.....	1009
2. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	985	4.3. CONSTITUIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	1010
2.1. FUNÇÃO.....	985	4.4. CLASSIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	1010
2.2. FONTES DO DIREITO.....	985	4.4.1. QUANTO À NACIONALIDADE	1010
2.2.1. FONTES FORMAIS DIRETAS OU IMEDIATAS. FONTES NÃO-FORMAIS, INDIRETAS OU MEDIATAS.....	985	4.4.2. QUANTO ESTRUTURA INTERNA.....	1011
2.3. LEI	985	4.4.3. QUANTO AO CAMPO DE ATUAÇÃO.....	1011
2.3.1. ACEPÇÃO.....	986	4.5. ESPÉCIES DE PESSOAS JURÍDICAS	1011
2.3.2. CLASSIFICAÇÃO	986	4.5.1. ASSOCIAÇÕES	1011
2.3.3. VIGÊNCIA. REVOGAÇÃO. REPRISTINAÇÃO X EFEITO REPRISTINATÓRIO	987	4.5.2. FUNDAÇÕES.....	1012
2.3.4. OBRIGATORIEDADE DAS LEIS	989	4.5.3. SOCIEDADE.....	1013
2.3.5. INTEGRAÇÃO DAS LEIS.....	989		
2.3.6. APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS	991		
2.3.7. CONFLITO DAS LEIS NO TEMPO.....	991		
2.3.8. EFICÁCIA DAS LEIS NO ESPAÇO.....	992		
2.3.9. A NOVA LEI 12.874, DE 29...DE OUTUBRO DE 2013.	994		

4.5.4.	ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS. PARTIDOS POLÍTICOS	1013	7.3.1.1.	CLASSIFICAÇÃO	1024
4.5.5.	OUTRAS PESSOAS JURÍDI- CAS.....	1014	7.3.2.	INTERPRETAÇÃO	1025
4.6.	DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍ- DICA.....	1014	7.3.3.	ELEMENTOS ESSENCIAIS (RESERVA MENTAL)	1026
4.7.	RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PES- SOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRI- VADO.....	1015	7.3.4.	ELEMENTOS ACIDENTAIS	1027
4.8.	RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PES- SOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	1016	7.3.4.1.	CONDIÇÃO.....	1027
4.9.	EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	1016	7.3.4.2.	TERMO	1029
5.	DOMICÍLIO	1016	7.3.4.3.	ENCARGO OU MODO	1029
5.1.	DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL.....	1016	7.4.	PRAZO.....	1030
5.1.1.	ESPÉCIES DE DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL OU FÍSICA	1017	7.5.	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	1030
5.2.	DOMICÍLIO DAS PESSOAS JURÍDICAS.	1017	7.5.1.	GENERALIDADES.....	1030
5.2.1.	ESPÉCIES DE DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL OU FÍSICA	1017	7.5.2.	ERRO OU IGNORÂNCIA	1031
6.	BENS.....	1018	7.5.3.	DOLO.....	1032
6.1.	GENERALIDADES.....	1018	7.5.4.	COAÇÃO.....	1032
6.2.	CLASSIFICAÇÃO DOS BENS	1018	7.5.5.	ESTADO DE PERIGO	1033
6.2.1.	CONSIDERADOS EM SI MES- MOS	1018	7.5.6.	LESÃO.....	1033
6.2.1.1.	BENS IMÓVEIS – CC, ARTS. 79 A 81.....	1018	7.5.7.	FRAUDE CONTRA CREDORES	1034
6.2.1.2.	BENS MÓVEIS (CC, ARTS. 82 A 84).....	1019	7.5.8.	DIFERENÇAS ENTRE FRAUDE CONTRA CREDORES X FRAUDE À EXECUÇÃO.....	1035
6.2.1.3.	BENS FUNGÍVEIS E INFUNGÍVEIS (CC, ART. 85).....	1019	7.6.	INVALIDIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	1036
6.2.1.4.	BENS CONSUMÍVEIS E INCONSUMÍVEIS (CC, ART. 86).....	1020	7.6.1.	GENERALIDADES.....	1036
6.2.1.5.	BENS DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS – CC, ART. 87 E 88.....	1020	7.6.2.	ESPÉCIES DE NULIDADE.....	1036
6.2.1.6.	BENS SINGULARES E COLETIVOS (CC, ARTS. 89 A 91)	1020	7.6.3.	NEGÓCIO JURÍDICO INEXISTENTE.....	1036
6.2.2.	RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS....	1021	7.6.4.	NEGÓCIO JURÍDICO NULO (NULIDADE ABSOLUTA)	1036
6.2.2.1.	BEM PRINCIPAL E BENS ACES- SÓRIOS (CC, ARTS. 92..... A 97)	1021	7.6.5.	NEGÓCIO JURÍDICO ANULÁVEL (NULI- DADE RELATIVA).....	1037
6.2.3.	QUANTO AO TITULAR DO DOMÍNIO	1022	7.6.6.	SIMULAÇÃO	1038
6.2.3.1.	BENS PÚBLICOS E PARTICU- LARES (CC, ART. 98 A 103).....	1022	7.6.7.	ANOTAÇÕES ARTIGO POR ARTIGO DE INVALIDIDADE	1038
7.	FATOS JURÍDICOS, ATO JURÍDICO E NEGÓCIO JURÍDICO	1022	7.6.8.	DIFERENÇAS ENTRE NULO X ANULÁ- VEL.....	1039
7.1.	GENERALIDADES.....	1022	7.7.	ATOS JURÍDICOS LÍCITOS	1040
7.1.1.	CLASSIFICAÇÃO	1023	7.7.1.	CLASSIFICAÇÃO	1040
7.2.	AQUISIÇÃO DE DIREITOS.....	1023	7.8.	ATOS JURÍDICOS ILÍCITOS	1040
7.3.	NEGÓCIO JURÍDICO.....	1024	7.8.1.	DIFERENÇAS RESPONSABILIDADE CONTRATUAL X EXTRACONTRATUAL..	1041
7.3.1.	GENERALIDADES.....	1024	7.8.2.	ELEMENTOS ESSENCIAIS DOS ATOS ILÍCITOS.....	1041
			7.8.3.	ATOS LESIVOS NÃO ILÍCITOS.....	1041
			7.8.4.	TEMAS IMPORTANTES DE RESPONSA- BILIDADE CIVIL. ATO ABUSIVO.....	1042
			8.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	1043
			8.1.	PRESCRIÇÃO.....	1043
			8.1.1.	PRAZOS GERAIS E ESPECIAIS DE PRESCRIÇÃO.....	1045
			8.2.	DECADÊNCIA.....	1046
			8.3.	DIFERENÇAS ENTRE PRESCRIÇÃO X DECADÊNCIA.....	1046
			9.	PROVA.....	1047
			9.1.	GENERALIDADES.....	1047
			9.2.	PRINCÍPIOS DA PROVA.....	1047

9.3.	REGRAS IMPORTANTES SOBRE A PROVA.....	1048	11.3.	FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	1074
9.4.	MEIOS DE PROVA	1048	11.4.	CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	1075
9.4.1.	CONFISSÃO.....	1048	11.5.	ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS.....	1076
9.4.2.	DOCUMENTO.....	1050	11.6.	PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO.....	1076
9.4.3.	TESTEMUNHA.....	1053	11.7.	CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR.....	1076
9.4.4.	PRESUNÇÃO.....	1055	11.8.	VÍCIOS REDIBITÓRIOS	1077
9.4.5.	PERÍCIA.....	1055	11.9.	EVICÇÃO	1077
✦	DIREITO CIVIL: PARTE ESPECIAL . 1056		11.10.	CONTRATOS ALEATÓRIOS	1079
10.	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	1056	11.11.	CONTRATO PRELIMINAR.....	1079
10.1.	GENERALIDADES.....	1056	11.12.	EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	1079
10.2.	DAS DIVERSAS CLASSIFICAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES	1056	12.	CONTRATOS EM ESPÉCIE	1081
10.2.1.	CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	1056	12.1.	COMPRA E VENDA	1081
10.2.2.	CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	1059	12.2.	TROCA OU PERMUTA	1082
10.3.	TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	1060	12.3.	CONTRATO ESTIMATÓRIO	1083
10.3.1.	CESSÃO DE CRÉDITO.....	1060	12.4.	DOAÇÃO	1083
10.3.2.	ASSUNÇÃO DE DÍVIDA OU CESSÃO DE DÉBITO.....	1060	12.5.	LOCAÇÃO DE COISAS.....	1084
10.3.3.	CESSÃO DE CONTRATO: OU CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL.....	1061	12.6.	EMPRÉSTIMO	1085
10.4.	ADIMPLENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	1061	12.7.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	1085
10.4.1.	PAGAMENTO DIRETO OU NORMAL.....	1061	12.8.	EMPREITADA (LOCAÇÃO DE OBRA).....	1085
10.5.	FORMAS ESPECIAIS OU INDIRETAS DE PAGAMENTO.....	1062	12.9.	DEPÓSITO.....	1086
10.5.1.	PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO.....	1062	12.10.	MANDATO	1086
10.5.2.	PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO.....	1062	12.11.	COMISSÃO	1087
10.5.3.	IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO.....	1063	12.12.	AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO	1088
10.5.4.	DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	1063	12.13.	CORRETAGEM.....	1088
10.6.	EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES SEM PAGAMENTO.....	1063	12.14.	TRANSPORTE	1088
10.6.1.	NOVAÇÃO.....	1063	12.15.	SEGURO.....	1088
10.6.2.	COMPENSAÇÃO.....	1064	12.16.	CONSTITUIÇÃO DE RENDA	1089
10.6.3.	CONFUSÃO	1064	12.17.	JOGO E APOSTA.....	1089
10.6.4.	REMISSÃO DE DÍVIDAS	1065	12.18.	FIANÇA	1090
10.7.	INADIMPLENTO DAS OBRIGAÇÕES	1065	12.19.	TRANSAÇÃO.....	1090
10.7.1.	INADIMPLENTO ABSOLUTO.....	1068	12.20.	COMPROMISSO.....	1091
10.7.2.	MORA.....	1069	13.	ATOS UNILATERAIS.....	1091
10.7.3.	JUROS LEGAIS.....	1071	13.1.	PROMESSA DE RECOMPENSA.....	1091
10.7.4.	CLÁUSULA PENAL.....	1071	13.2.	GESTÃO DE NEGÓCIOS.....	1091
10.7.5.	ARRAS OU SINAL.....	1071	13.3.	PAGAMENTO INDEVIDO	1092
10.7.6.	PERDAS E DANOS.....	1072	13.4.	ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.....	1092
11.	CONTRATOS EM GERAL.....	1072	14.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1093
11.1.	PRINCÍPIOS CONTRATUAIS.....	1072	14.1.	INTRODUÇÃO.....	1093
11.2.	ELEMENTOS ESSENCIAIS DOS CONTRATOS.....	1073	14.2.	ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1093
			14.2.1.	CONDUTA HUMANA E CULPA	1093
			14.2.2.	NEXO DE CAUSALIDADE.....	1093
			14.2.3.	DANO OU PREJUÍZO.....	1094
			14.3.	RESPONSABILIDADE DO INCAPAZ.....	1096
			14.4.	ATIVIDADE LÍCITA DE RISCO.....	1096
			14.5.	RESPONSABILIDADE POR FATO DE OUTREM OU INDIRETA	1096
			15.	DIREITOS DAS COISAS	1098
			15.1.	POSSE.....	1099
			15.2.	TEORIAS SOBRE A POSSE.....	1099

15.2.1.	ALGUMAS CLASSIFICAÇÕES DA POSSE	1099	22.3.2.	RECONHECIMENTO DOS FILHOS	1131
15.2.2.	AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE	1100	22.3.3.	ADOÇÃO	1132
15.2.3.	EFEITOS DA POSSE	1100	22.3.4.	PODER FAMILIAR	1133
15.3.	PROPRIEDADE	1105	22.4.	ALIMENTOS	1135
15.3.1.	DESCOBERTA	1105	★ REVISÃO ALIMENTOS – “77 DICAS”		1135
15.3.2.	AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL	1106	JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ		1135
15.3.3.	AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL	1111	22.5.	BEM DE FAMÍLIA	1140
15.3.4.	PERDA DA PROPRIEDADE	1112	22.6.	UNIÃO ESTÁVEL	1141
15.4.	PROPRIEDADE RESOLÚVEL	1112	22.7.	TUTELA. CURATELA	1143
15.5.	PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA	1112	23.	DIREITO DAS SUCESSÕES	1152
16.	DIREITOS DE VIZINHANÇA	1112	23.1.	ABERTURA DA SUCESSÃO	1152
16.1.	USO ANORMAL DA PROPRIEDADE	1112	23.2.	ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA	1152
16.2.	ÁRVORES LIMÍTROFES	1113	23.3.	ESPÉCIES DE SUCESSÃO	1152
16.3.	PASSAGEM FORÇADA	1113	23.4.	ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA	1153
16.4.	PASSAGEM DE CABOS E TUBULAÇÕES	1113	23.5.	VOCAÇÃO HEREDITÁRIA	1153
16.5.	ÁGUAS	1113	23.6.	EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO	1154
16.6.	LIMITES ENTRE PRÉDIOS E DIREITO DE TAPAGEM	1113	23.7.	HERANÇA JACENTE E VACANTE	1154
16.7.	DIREITO DE CONSTRUIR	1114	23.8.	PETIÇÃO DE HERANÇA	1154
17.	CONDOMÍNIO	1114	23.9.	SUCESSÃO LEGÍTIMA (ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA)	1155
18.	PROPRIEDADE RESOLÚVEL	1115	23.9.1.	HERDEIROS NECESSÁRIOS	1156
19.	PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA	1115	23.10.	DIREITO DE REPRESENTAÇÃO	1156
20.	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	1116	23.11.	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	1156
20.1.	DIREITO REAL DE LAJE	1117	23.11.1.	FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO	1157
21.	DIREITOS REAIS DE GARANTIA	1118	23.11.2.	CODICILOS	1157
22.	DIREITO DE FAMÍLIA	1119	23.11.3.	TESTAMENTO ESPECIAIS	1157
22.1.	INTRODUÇÃO	1119	23.11.4.	DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS	1158
22.2.	CASAMENTO	1119	23.11.5.	LEGADOS	1158
22.2.1.	PROCESSO DE HABILITAÇÃO. CAPACIDADE	1119	23.11.6.	DIREITO DE ACRESCEER ENTRE HERDEIROS E LEGATÁRIOS	1158
22.2.2.	IMPEDIMENTOS E CAUSAS SUSPENSIVAS	1120	23.11.7.	SUBSTITUIÇÕES. FIDEICOMISSO	1159
22.2.3.	OPOSIÇÃO DOS IMPEDIMENTOS E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS	1121	23.11.8.	DESERDAÇÃO	1159
22.2.4.	CELEBRAÇÃO	1121	23.11.9.	REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS	1159
22.2.5.	PROVAS DO CASAMENTO	1122	23.11.10.	REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO	1159
22.2.6.	ESPÉCIES DE CASAMENTO VÁLIDO E INVÁLIDO	1122	23.11.11.	ROMPIMENTO DO TESTAMENTO	1160
22.2.7.	REGIME DE BENS E PACTO ANTENUPCIAL	1123	23.11.12.	TESTAMENTEIRO	1160
22.2.8.	INVALIDADE DO CASAMENTO	1124	23.12.	INVENTÁRIO	1160
22.2.9.	DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA SOCIEDADE CONJUGAL	1127	23.13.	SONEGADOS	1160
22.2.10.	PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS	1129	23.14.	COLAÇÃO	1160
22.3.	RELAÇÕES DE PARENTESCO	1131	23.15.	PARTILHA	1161
22.3.1.	FILIAÇÃO	1131	23.16.	SUCESSÃO DO COMPANHEIRO	1162
			24.	DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	1162
			24.1.	PRAZOS REDUZIDOS PELO NOVO CÓDIGO CIVIL	1162

14. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS CONTIDOS NO NOVO CPC.....	1239	6.1.3. COMPETÊNCIA FUNCIONAL...	1263
15. PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	1244	6.1.4. COMPETÊNCIA TERRITORIAL.	1263
16. RECURSOS.....	1246	6.1.5. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	1264
17. EXECUÇÃO FISCAL.....	1250	6.1.6. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	1264
18. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	1251	6.2. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA	1264
19. LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	1253	6.3. MODIFICAÇÕES DA COMPETÊNCIA.....	1265
20. MANDADO DE SEGURANÇA.....	1256	6.4. MEIOS DE DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.....	1266
✦ DICAS.....	1259	6.5. CONFLITOS DE COMPETÊNCIA E DE ATRIBUIÇÕES.....	1266
1. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI FEDERAL N. 13.105/2015.....	1259	7. DIREITO DE AÇÃO.....	1266
E ALTERAÇÕES E LEGISLAÇÕES ESPECIAIS.....	1259	7.1. O DIREITO DE AÇÃO OU DIREITO À JURISDIÇÃO.....	1266
2. PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL.....	1259	7.2. ELEMENTOS.....	1267
2.1. AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	1259	7.3. CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	1267
2.2. PRINCÍPIOS EXPRESSOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	1259	7.4. CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS IDENTIFICADORES.....	1268
2.2.1. PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	1259	7.5. CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES	1268
2.2.2. PRINCÍPIO DA ISONOMIA.....	1259	8. PROCESSO.....	1268
2.2.3. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL	1259	8.1. NOÇÕES GERAIS.....	1268
2.2.4. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICCIONAL.....	1260	8.2. RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL.....	1268
2.2.5. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....	1260	8.3. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	1268
2.2.6. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROVA ILÍCITA.....	1260	8.4. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DE DESENVOLVIMENTO (OU DE VALIDADE).....	1269
2.2.7. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	1260	8.5. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS NEGATIVOS.....	1269
2.2.8. PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	1260	9. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	1269
2.2.9. PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.....	1260	9.1. O PROCESSO SINCRÉTICO.....	1269
2.3. NORMAS FUNDAMENTAIS CONTIDAS NO NOVO CPC.....	1260	9.2. DO PROCEDIMENTO.....	1269
3. FONTES.....	1260	9.3. DO PROCEDIMENTO COMUM.....	1269
4. LEI PROCESSUAL CIVIL.....	1261	9.4. ESPÉCIES DE PROCESSOS E DE PROCEDIMENTOS.....	1270
4.1. EFICÁCIA E APLICAÇÃO.....	1261	9.5. OBJETO DO PROCESSO.....	1270
4.2. DIREITO PROCESSUAL INTERTEMPORAL. CRITÉRIOS.....	1261	10. MÉRITO. QUESTÃO PRINCIPAL, QUESTÕES PRELIMINARES E PREJUDICIAIS.....	1270
5. JURISDIÇÃO.....	1261	11. SUJEITOS PROCESSUAIS.....	1270
5.1. CONCEITO.....	1261	11.1. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES.....	1270
5.2. CARACTERÍSTICAS.....	1261	11.2. JUIZ.....	1270
5.3. NATUREZA JURÍDICA.....	1262	11.3. MEDIADORES E CONCILIADORES.....	1270
5.4. PRINCÍPIOS.....	1262	11.4. PRINCÍPIOS. PODERES. DEVERES. RESPONSABILIDADES DO JUIZ.....	1271
5.5. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL....	1262	11.5. IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO.....	1271
6. COMPETÊNCIA.....	1263	11.6. PARTES E PROCURADORES.....	1271
6.1. CRITÉRIOS DETERMINADORES.....	1263	11.7. CAPACIDADE PROCESSUAL E LEGITIMAÇÃO.....	1271
6.1.1. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA.....	1263	11.8. REGULARIZAÇÃO DO VÍCIO.....	1272
6.1.2. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR E DO TERRITÓRIO.	1263	11.9. CURATELA ESPECIAL.....	1272
6.1.3. COMPETÊNCIA FUNCIONAL...	1263	11.10. REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS E DE ENTES DESPERSONALIZADOS	1272
6.1.4. COMPETÊNCIA TERRITORIAL.	1263	11.11. REPRESENTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.....	1272
6.1.5. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	1264	12. LITISCONSÓRCIO.....	1272
6.1.6. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	1264		
6.2. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA	1264		
6.3. MODIFICAÇÕES DA COMPETÊNCIA.....	1265		
6.4. MEIOS DE DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.....	1266		
6.5. CONFLITOS DE COMPETÊNCIA E DE ATRIBUIÇÕES.....	1266		
7. DIREITO DE AÇÃO.....	1266		
7.1. O DIREITO DE AÇÃO OU DIREITO À JURISDIÇÃO.....	1266		
7.2. ELEMENTOS.....	1267		
7.3. CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	1267		
7.4. CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS IDENTIFICADORES.....	1268		
7.5. CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES	1268		
8. PROCESSO.....	1268		
8.1. NOÇÕES GERAIS.....	1268		
8.2. RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL.....	1268		
8.3. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	1268		
8.4. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DE DESENVOLVIMENTO (OU DE VALIDADE).....	1269		
8.5. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS NEGATIVOS.....	1269		
9. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	1269		
9.1. O PROCESSO SINCRÉTICO.....	1269		
9.2. DO PROCEDIMENTO.....	1269		
9.3. DO PROCEDIMENTO COMUM.....	1269		
9.4. ESPÉCIES DE PROCESSOS E DE PROCEDIMENTOS.....	1270		
9.5. OBJETO DO PROCESSO.....	1270		
10. MÉRITO. QUESTÃO PRINCIPAL, QUESTÕES PRELIMINARES E PREJUDICIAIS.....	1270		
11. SUJEITOS PROCESSUAIS.....	1270		
11.1. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES.....	1270		
11.2. JUIZ.....	1270		
11.3. MEDIADORES E CONCILIADORES.....	1270		
11.4. PRINCÍPIOS. PODERES. DEVERES. RESPONSABILIDADES DO JUIZ.....	1271		
11.5. IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO.....	1271		
11.6. PARTES E PROCURADORES.....	1271		
11.7. CAPACIDADE PROCESSUAL E LEGITIMAÇÃO.....	1271		
11.8. REGULARIZAÇÃO DO VÍCIO.....	1272		
11.9. CURATELA ESPECIAL.....	1272		
11.10. REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS E DE ENTES DESPERSONALIZADOS	1272		
11.11. REPRESENTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.....	1272		
12. LITISCONSÓRCIO.....	1272		

12.1.	CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....	1272	13.7.2.	LIMITAÇÃO À LEGITIMAÇÃO RECURSAL DO <i>AMICUS CURIAE</i>	1279
12.2.	LITISCONSÓRCIO EVENTUAL, ALTERNATIVO E SUCESSIVO.....	1274	14.	ADVOGADO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ADVOCACIA PÚBLICA. PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO.....	1279
13.	DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	1274	14.1.	ADVOGADO.....	1279
13.1.	NOÇÕES GERAIS.....	1274	14.2.	DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1279
13.2.	CLASSIFICAÇÃO: INTERVENÇÃO VOLUNTÁRIA E PROVOCADA.....	1274	14.3.	ADVOCACIA PÚBLICA.....	1279
13.3.	DA ASSISTÊNCIA.....	1275	15.	FATOS E ATOS PROCESSUAIS.....	1279
13.3.1.	APONTAMENTOS GERAIS.....	1275	15.1.	CONCEITO DE ATOS PROCESSUAIS.....	1279
13.3.2.	MODALIDADES DE ASSISTÊNCIA.....	1275	15.2.	FORMA.....	1280
13.3.3.	PROCEDIMENTO DE INGRESSO DO ASSISTENTE.....	1275	15.3.	DO TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS...	1280
13.3.4.	REQUERIMENTO DE ASSISTÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO.....	1275	15.4.	LUGAR.....	1280
13.4.	DA DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	1275	15.5.	DOS PRAZOS PROCESSUAIS.....	1280
13.4.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1275	15.6.	DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	1281
13.4.2.	A PROVOCÇÃO DA DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	1276	15.7.	DAS NULIDADES.....	1282
13.4.3.	CABIMENTO DA DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	1276	16.	PROCEDIMENTO COMUM.....	1283
13.4.4.	CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR EXIGIDO DIRETAMENTE PELO AUTOR EM FACE DO DENUNCIADO....	1277	16.1.	FASES.....	1283
13.4.5.	VEDAÇÃO DA DENUNCIÇÃO DA LIDE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR LIGADA À INDENIZAÇÃO POR FATO DO PRODUTO.....	1277	16.3.	DA PETIÇÃO INICIAL.....	1283
13.5.	DO CHAMAMENTO AO PROCESSO.....	1277	16.3.1.	INSTRUMENTO DA DEMANDA.....	1283
13.5.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS E NATUREZA JURÍDICA.....	1277	16.3.2.	REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL.....	1283
13.5.2.	DA ADMISSIBILIDADE DO CHAMAMENTO AO PROCESSO.....	1278	16.3.3.	DO PEDIDO.....	1284
13.5.3.	DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA.....	1278	16.3.4.	ALTERAÇÃO DO PEDIDO OU DA CAUSA DE PEDIR.....	1285
13.5.4.	CHAMAMENTO AO PROCESSO E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	1278	16.3.5.	INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL.....	1286
13.6.	DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA ...	1278	16.3.6.	DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO.....	1286
13.6.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1278	16.4.	RESPOSTA DO RÉU.....	1286
13.6.2.	A DESCONSIDERAÇÃO REQUERIDA NA PRÓPRIA INICIAL.....	1278	16.4.1.	PRINCÍPIOS QUE REGEM A CONTESTAÇÃO.....	1286
13.6.3.	LEGITIMIDADE PARA REQUERER A INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE.....	1278	16.4.2.	DA FORMA E DO PRAZO DA CONTESTAÇÃO.....	1287
13.6.4.	ADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE.....	1278	16.4.3.	CONTEÚDO DA RESPOSTA.....	1288
13.6.5.	PROCEDIMENTO.....	1278	16.5.	DA RECONVENÇÃO.....	1290
13.7.	INTERVENÇÃO DO <i>AMICUS CURIAE</i>	1279	16.5.1.	CONCEITO.....	1290
13.7.1.	QUEM É O <i>AMICUS CURIAE</i> ?....	1279	16.5.2.	MOMENTO PARA O EXERCÍCIO.....	1290
			16.5.3.	PARTES NA RECONVENÇÃO ...	1290
			16.5.4.	FORMAÇÃO DO CONTRADITÓRIO NA RECONVENÇÃO.....	1290
			16.5.5.	A DECISÃO DA RECONVENÇÃO.....	1290
			16.5.6.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA RECONVENÇÃO.....	1290
			16.5.7.	RECONVENÇÃO À RECONVENÇÃO.....	1290
			16.6.	INÉRCIA PROCESSUAL: CONTUMÁCIA E REVELIA.....	1290
			16.6.1.	CONTUMÁCIA.....	1290
			16.6.2.	DA REVELIA.....	1291

16.7.	DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	1291	19.3.	DA TUTELA CAUTELAR.....	1300
16.8.	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	1292	19.3.1.	MEDIDAS CAUTELARES TÍPICAS E ATÍPICAS.....	1300
16.9.	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	1293	19.3.2.	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE.....	1301
17.	DAS PROVAS.....	1293	19.4.	TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	1301
17.1.	APONTAMENTOS GERAIS.....	1293	19.4.1.	DIFERENCIAÇÃO PARA COM A TUTELA DE URGÊNCIA.....	1301
17.2.	DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA....	1294	19.4.2.	HIPÓTESES LEGAIS DE TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	1301
17.3.	FATOS QUE INDEPENDEM DE PROVA...	1294	19.5.	PROTESTO, NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO. ARRESTO. SEQUESTRO. CAUÇÃO. BUSCA E APREENSÃO. EXIBIÇÃO. JUSTIFICAÇÃO.....	1302
17.4.	DEPOIMENTO PESSOAL.....	1295	20.	SENTENÇA.....	1302
17.5.	CONFISSÃO.....	1295	20.1.	CONCEITO.....	1302
17.6.	PROVA DOCUMENTAL.....	1295	20.2.	CLASSIFICAÇÕES.....	1304
17.7.	EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS OU COISAS.....	1295	20.3.	REQUISITOS.....	1304
17.8.	PROVA TESTEMUNHAL.....	1295	20.4.	EFEITOS.....	1304
17.9.	PROVA PERICIAL.....	1296	20.5.	PUBLICAÇÃO, INTIMAÇÃO, CORREÇÃO E INTEGRAÇÃO DA SENTENÇA.....	1305
17.10.	INSPEÇÃO JUDICIAL.....	1296	21.	COISA JULGADA.....	1305
17.11.	EXAME E VALORAÇÃO DA PROVA.....	1296	21.1.	CONCEITO E ESPÉCIES.....	1305
17.12.	PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	1296	21.2.	EFEITOS DA COISA JULGADA.....	1305
18.	AUDIÊNCIAS.....	1296	22.	REMESSA NECESSÁRIA.....	1306
18.1.	DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO.....	1296	23.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA – ESPÉCIES E PROCEDIMENTO.....	1307
18.2.	DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	1297	23.1.	OS PRONUNCIAMENTOS ILÍQUIDOS QUE RECONHECEM A EXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO.....	1307
19.	DA TUTELA PROVISÓRIA: TUTELAS DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA.....	1297	23.2.	LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA.....	1307
19.1.	PRINCÍPIOS GERAIS.....	1297	23.3.	CONCOMITANTES LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM RELAÇÃO AO MESMO TÍTULO.....	1307
19.2.	DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	1298	23.4.	APURAÇÃO DO VALOR DEPENDENTE DE CÁLCULOS ARITMÉTICOS.....	1307
19.2.1.	REQUISITOS COMUNS PARA A TUTELA DE URGÊNCIA.....	1298	23.5.	FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NA LIQUIDAÇÃO PROPOSTA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.....	1308
19.2.2.	PRÉVIA GARANTIA PARA A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE CARÁTER ANTECEDENTE.....	1298	23.6.	LIQUIDAÇÃO INCIDENTAL E AUTÔNOMA.....	1308
19.2.3.	COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	1298	23.7.	INICIATIVA DA LIQUIDAÇÃO.....	1308
19.2.4.	CONDIÇÃO PARA O DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA.....	1298	23.8.	PROCEDIMENTOS PARA APURAÇÃO DO VALOR.....	1308
19.2.5.	FUNDAMENTOS, REQUISITOS E CONDIÇÃO PARA O DEFERIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	1299	23.8.1.	LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO.....	1308
19.2.6.	A TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA DE FORMA ANTECEDENTE.....	1299	23.8.2.	LIQUIDAÇÃO PELO PROCEDIMENTO COMUM.....	1308
19.2.7.	DA ESTABILIZAÇÃO DA MEDIDA.....	1299	23.9.	NATUREZA DO PRONUNCIAMENTO QUE JULGA DA LIQUIDAÇÃO.....	1309
19.2.8.	AÇÃO PARA REVER, REFORMAR OU INVALIDAR A TUTELA ANTECIPADA ESTABILIZADA.....	1300	23.10.	CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA NA LIQUIDAÇÃO.....	1309
19.2.9.	DECISÕES QUE NÃO PODEM SER ESTABILIZADAS (FAMÍLIA, PARCIAIS ETC.).....	1300	23.11.	INVIABILIDADE DAS SENTENÇAS ILÍQUIDAS NO ÂMBITO DOS JUIZADOS..	1309
			23.12.	LIQUIDAÇÃO IMPRÓPRIA.....	1309

24. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA – PROCEDIMENTO E IMPUGNAÇÃO.....	1309	29.1. A FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	1315
24.1. TÍTULOS EXECUTIVOS.....	1309	29.2. ESPÉCIES DE AÇÕES POSSESSÓRIAS....	1315
24.2. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ENQUANTO FASE DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1310	29.3. AÇÕES POSSESSÓRIAS E INVASÕES COLETIVAS.....	1315
24.3. COMPETÊNCIA.....	1310	29.4. PEDIDOS NA AÇÃO POSSESSÓRIA.....	1315
24.4. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE O DEVER DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	1310	29.5. CONTESTAÇÃO.....	1315
24.5. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO.....	1310	29.6. INVIABILIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO PETITÓRIA DURANTE O CURSO DE AÇÃO POSSESSÓRIA.....	1316
24.6. PROCEDIMENTO DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	1311	29.7. PROCEDIMENTO DA AÇÃO POSSESSÓRIA: POSSE NOVA.....	1316
24.7. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA:.....	1311	29.8. EXIGÊNCIA DE CAUÇÃO.....	1316
25. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	1311	29.9. POSSE COM FORÇA NOVA E OS REQUISITOS DA TUTELA POSSESSÓRIA.....	1316
25.1. GENERALIDADES, CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES.....	1311	29.10. CONTRADITÓRIO PRÉVIO E AS LIMINARES CONTRA AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO.....	1316
26. DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO...	1311	29.11. CITAÇÃO DO REQUERIDO E PRAZO PARA RESPOSTA.....	1316
26.1. FINALIDADE DO PROCEDIMENTO.....	1311	29.12. POSSE VELHA E LITÍGIO COLETIVO.....	1316
26.2. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO.....	1312	29.13. OCUPAÇÃO INDEVIDA DE BEM PÚBLICO.....	1316
26.3. CONSIGNAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	1312	29.14. EXERCÍCIO DO DIREITO DE RETENÇÃO.....	1317
26.4. LEGITIMIDADE.....	1312	30. RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	1317
26.5. COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	1312	31. PROCESSO DE EXECUÇÃO. PRINCÍPIOS GERAIS E ESPÉCIES.....	1317
26.6. EFEITOS DA CONSIGNAÇÃO.....	1312	31.1. ATOS EXECUTIVOS.....	1317
26.7. DEPÓSITO DAS PRESTAÇÕES SUCESSIVAS.....	1312	31.2. MEIOS EXPROPRIATÓRIOS.....	1318
26.8. PETIÇÃO INICIAL: REQUISITOS INTRÍNSECOS.....	1312	31.3. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1321
26.9. CONSIGNAÇÃO DE COISA INDETERMINADA.....	1313	31.4. EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	1321
26.10. CONTESTAÇÃO.....	1313	32. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. REGIME DE PRECATÓRIOS. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.....	1322
26.11. RECONVENÇÃO EM CONSIGNATÓRIA DE ALUGUERES.....	1313	33. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR, DE FAZER E DE NÃO FAZER.....	1322
26.12. LITISCONSÓRCIO PASSIVO ALTERNATIVO.....	1313	34. EMBARGOS DE TERCEIROS.....	1322
26.13. CONSIGNATÓRIA DE ALUGUEL E FÉRIAS FORENSES.....	1314	35. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.....	1323
27. AÇÃO MONITÓRIA.....	1314	36. REMIÇÃO.....	1323
27.1. FINALIDADE.....	1314	37. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1323
27.2. PROVA ORAL DOCUMENTADA.....	1314	38. DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS RECURSOS.....	1323
27.3. POLO PASSIVO.....	1314	38.1. DEVER DE ESTABILIDADE, INTEGRIDADE E COERÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA PELOS TRIBUNAIS.....	1323
27.4. CONSTITUIÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.....	1314	38.2. OS PRECEDENTES NO CPC DE 2015.....	1324
27.5. EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA.....	1314	38.2.1. DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	1324
28. DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	1314		
28.1. FIM DA AÇÃO DE PRESTAR CONTAS....	1314		
28.2. PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	1314		
28.3. CONTAS DO INVENTARIANTE, TUTOR, CURADOR, DEPOSITÁRIO E DE QUALQUER OUTRO ADMINISTRADOR.....	1315		
29. DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	1315		

38.2.2.	SÚMULAS VINCULANTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SÚMULAS DO STF EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL E DO STJ EM MATÉRIA INFRA-CONSTITUCIONAL.....	1325	40.7.4.	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	1336
38.2.3.	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	1325	41.	AÇÃO POPULAR.....	1336
38.2.4.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO REPETITIVO.....	1325	41.1.	DEFINIÇÃO.....	1336
38.2.5.	RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.....	1326	41.2.	LEGITIMAÇÃO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO POPULAR.....	1336
38.2.6.	PRECEDENTES ORIUNDOS DO PLENÁRIO OU DO ÓRGÃO ESPECIAL.....	1326	41.3.	POLO PASSIVO.....	1336
39.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	1326	41.4.	DO PROCEDIMENTO DA AÇÃO POPULAR.....	1336
39.1.	CONCEITO.....	1326	41.5.	DA SENTENÇA NA AÇÃO POPULAR.....	1337
39.2.	OBJETO DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	1326	41.6.	DA COISA JULGADA.....	1337
39.3.	COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO.....	1328	41.7.	REMESSA NECESSÁRIA.....	1337
39.4.	AJUIZAMENTO DA AÇÃO PERANTE TRIBUNAL INCOMPETENTE.....	1328	42.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	1337
39.5.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	1328	42.1.	DENOMINAÇÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA E INTERESSES TUTELADOS PELA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	1337
39.6.	HIPÓTESES INDICADAS NO ART. 966... CPC.....	1329	42.2.	DOS ENTES LEGITIMADOS.....	1338
39.7.	LEGITIMIDADE PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	1330	42.3.	COISA JULGADA.....	1339
39.8.	POLO PASSIVO.....	1330	43.	MANDADO DE SEGURANÇA (LEI N. 12.016/2009).....	1339
39.9.	NÃO IMPEDIMENTO À EXECUÇÃO.....	1330	43.1.	INTRODUÇÃO.....	1339
39.10.	INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL.....	1330	43.2.	PRAZO PARA O AJUIZAMENTO.....	1339
39.11.	IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO.....	1330	43.3.	LEGITIMIDADE ATIVA.....	1339
39.12.	RESPOSTA DO RÉU.....	1330	43.4.	O POLO PASSIVO NO MANDADO DE SEGURANÇA.....	1340
39.13.	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.....	1331	43.5.	A AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA.....	1340
40.	RECURSOS.....	1331	43.6.	O DIREITO LÍQUIDO E CERTO COMO REQUISITO ESPECÍFICO DE ADMISSIBILIDADE.....	1340
40.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1331	43.7.	VEDAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	1340
40.2.	EFEITOS DOS RECURSOS.....	1332	43.8.	VEDAÇÃO DA CONCESSÃO DE LIMINAR.....	1341
40.3.	APELAÇÃO.....	1333	43.9.	COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	1341
40.4.	AGRAVOS (AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO INTERNO).....	1333	43.10.	SENTENÇA PROFERIDA NO MANDADO DE SEGURANÇA.....	1341
40.4.1.	AGRAVO DE INSTRUMENTO... ..	1333	43.11.	COISA JULGADA E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1342
40.4.2.	AGRAVO INTERNO.....	1334	43.12.	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	1342
40.5.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1334	44.	MANDADO DE INJUNÇÃO.....	1342
40.6.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	1334	44.1.	OBSERVAÇÕES PRÉVIAS.....	1342
40.7.	RECURSOS ORDINÁRIO, ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	1334	44.2.	LEGITIMIDADE.....	1343
40.7.1.	RECURSO ORDINÁRIO.....	1334	44.3.	RECONHECIMENTO DA MORA LEGISLATIVA.....	1343
40.7.2.	DISPOSIÇÕES GERAIS QUANTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL.....	1335	44.4.	EFEITOS DA DECISÃO.....	1343
40.7.3.	RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL REPETITIVOS.....	1335	44.5.	MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO.. ..	1343
			44.6.	APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO PROCEDIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	1343
			45.	HABEAS DATA.....	1343
			45.1.	PREVISÃO CONSTITUCIONAL E REGULAMENTAÇÃO PROCEDIMENTAL.....	1343

45.2. LEGITIMIDADE.....	1343	17.2. CONCEITO DE EXECUÇÃO FISCAL.....	1354
45.3. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA A AÇÃO.....	1343	TÉCNICA EXTRAJUDICIAL DE COBRANÇA: PRO- TESTO DE DÍVIDA ATIVA.	1354
45.4. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	1344	17.3. NORMAS FUNDAMENTAIS DO NOVO CPC (PRINCÍPIOS E REGRAS)	1355
45.5. COMPETÊNCIA	1344	NORMAS FUNDAMENTAIS:.....	1355
46. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1344	CASUÍSTICA:	1355
46.1. ASPECTOS DE DIREITO MATERIAL.....	1344	PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO:.....	1355
46.2. LEGITIMIDADE.....	1345	17.4. FUNDAMENTO DA EXECUÇÃO FIS- CAL.	1356
46.3. PROCEDIMENTO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1346	CANCELAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DA CDA:.....	1356
46.4. A POSSIBILIDADE DE CELEBRAR TRAN- SAÇÃO EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1346	17.5. COMPETÊNCIA	1356
46.5. SEQUESTRO E ARRESTO DE BENS.....	1346	17.6. LEGITIMIDADE ATIVA	1356
46.6. AFASTAMENTO PROVISÓRIO.....	1346	17.7. LEGITIMIDADE PASSIVA.....	1356
46.7. INDISPONIBILIDADE DE BENS.....	1347	SUCESSÃO DE EMPRESAS: ART. 133.	
46.8. PREVENÇÃO DO JUÍZO.....	1347	DO CTN.	1357
46.9. DA SENTENÇA	1347	17.8. PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO FIS- CAL.....	1357
46.10. DA PRESCRIÇÃO.....	1347	GARANTIA DO JUÍZO	1357
✦ DICAS: FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO. 1348		17.9. DA DEFESA INCIDENTAL DO EXECU- TADO.....	1358
CONSTITUIÇÃO FEDERAL:.....	1348	17.10. A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.	1359
O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	1348	17.11. RECURSOS.....	1359
RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA:.....	1348	17.12. DISCUSSÃO EM TORNO DO ART. 38, PARÁGRAFO ÚNICO.	1360
15. CONCEITO DE FAZENDA PÚBLICA.....	1349	17.13. DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL	1360
16. NORMAS FUNDAMENTAIS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	1349	18. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	1360
PRINCÍPIO DA DEMANDA E DO IMPULSO OFICIAL	1349	18.1. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SEN- TENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	1360
RELAÇÃO COM O POSTULADO DA INÉRCIA JURIS- DICIONAL.	1350	18.2. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE ENTREGAR CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	1361
PRINCÍPIO DA ACESSO À JUSTIÇA.....	1350	18.2.1. OBSERVAÇÕES PRÉVIAS.....	1361
LEI Nº 13.140/2015 – DISPÕE SOBRE A MEDIAÇÃO	1350	18.2.2. O OFERECIMENTO DE IMPUG- NAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	1361
SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO.....	1350	18.2.3. PROCEDIMENTO.....	1361
PRINCÍPIOS DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PRO- CESSO E DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO	1351	18.3. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA	1362
PRINCÍPIO DA BOA-FÉ PROCESSUAL	1351	18.3.1. A IMPENHORABILIDADE DOS BENS PÚBLICOS	1362
PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO	1351	18.3.2. INVIABILIDADE DO PRO- TESTO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	1362
PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DO CONTRADITÓRIO DINÂMICO.....	1352	18.3.3. REQUERIMENTO DE INICIA- ÇÃO DA FASE DE CUMPRI- MENTO DEFINITIVO DA OBRI- GAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	1362
PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.....	1352	18.3.4. DA INTIMAÇÃO DO REPRESENTANTE JUDICIAL DA FAZENDA PÚBLICA.....	1362
OUTROS PRINCÍPIOS	1352		
PRESCRIÇÃO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA	1352		
PRESCRIÇÃO PARCELAR (SÚMULA 85, STJ) X PRES- CRIPTION DO FUNDO DE DIREITO	1352		
PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO A SER EXERCIDA PELA FAZENDA PÚBLICA: IMPRESCRITIBILIDADE.	1352		
PRAZOS DIFERENCIADOS.....	1353		
CITAÇÃO.....	1353		
INTIMAÇÃO.....	1353		
INTERVENÇÃO ANÔMALA	1353		
17. EXECUÇÃO FISCAL	1354		
17.1. AÇÕES TRIBUTÁRIAS	1354		

18.3.5. DO NÃO OFERECIMENTO DA IMPUGNAÇÃO E OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS NA EXECUÇÃO	1363	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	1374
18.3.6. NATUREZA DA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	1363	AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	1374
18.3.7. O ROL DO ART. 535..... DO NCPC É TAXATIVO OU EXEMPLIFICATIVO	1364	INVENTÁRIO E PARTILHA	1374
18.3.8. MATÉRIAS ALEGÁVEIS NA IMPUGNAÇÃO	1365	EMBARGOS DE TERCEIROS	1374
18.3.9. A IMPUGNAÇÃO PARCIAL E O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1365	AÇÃO MONITÓRIA.....	1374
18.3.10. A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE MÉRITO E O SEU CUMPRIMENTO	1366	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	1374
18.3.11. EFEITO DA IMPUGNAÇÃO	1366	MANDADO DE SEGURANÇA	1374
18.3.12. PRONUNCIAMENTO QUE DECIDE A IMPUGNAÇÃO	1366	AÇÕES COLETIVAS.....	1375
18.4. PRECATÓRIO E OBRIGAÇÃO DE PEQUENO VALOR.....	1366	AÇÃO POPULAR.....	1375
18.5. OBRIGAÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL	1367	AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	1375
18.6. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO PRECATÓRIO E DA OBRIGAÇÃO DE PEQUENO VALOR.....	1367	PROCESSO DE EXECUÇÃO	1375
18.6.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1367	PARTES.....	1375
18.6.2. DIFERENÇAS ENTRE O PRECATÓRIO E A OBRIGAÇÃO DE PEQUENO VALOR	1368	TÍTULO EXECUTIVO.....	1375
18.6.3. A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009, AS ADIS Nº 4.357.....E 4.425. E QUESTÕES DE ORDEM RESPECTIVAS. (MANTIDO PARA QUE SEJAM ENTENDIDAS AS MUDANÇAS).	1369	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	1375
18.6.4. ALTERAÇÕES DECORRENTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 94, DE 15.12.2016.	1370	PENHORA	1375
✦ SÚMULAS..... 1372		EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	1375
NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS	1372	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	1376
COMPETÊNCIA INTERNA.....	1372	EXECUÇÃO FISCAL	1376
CAPACIDADE PROCESSUAL	1373	AÇÃO RESCISÓRIA	1376
GRATUIDADE DA JUSTIÇA	1373	✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	1377
ATOS PROCESSUAIS – FORMA, TEMPO, LUGAR E COMUNICAÇÃO	1373	✦ STF	1377
FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	1373	1. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	1377
RESPOSTA DO RÉU.....	1373	1.1. DAS PARTES E DOS PROCURADORES..	1377
PROVAS.....	1373	1.2. DOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	1377
SENTENÇA E COISA JULGADA	1373	1.2.1. DA COMPETÊNCIA.....	1377
LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	1374	1.3. DA FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	1377
		1.4. DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS.....	1377
		1.4.1. DA RECLAMAÇÃO.....	1377
		1.5. DOS RECURSOS	1377
		1.5.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1377
		1.5.2. DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1377
		1.5.3. DOS RECURSOS PARA O STF E O STJ.....	1377
		2. DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1378
		3. OUTROS TEMAS.....	1378
		✦ STJ..... 1378	
		1. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	1378
		1.1. DAS PARTES E DOS PROCURADORES..	1378
		1.1.1. DA CAPACIDADE PROCESSUAL	1378
		1.1.2. DOS DEVERES DAS PARTES E DOS SEUS PROCURADORES (HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS).....	1378
		1.2. DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1378
		1.3. DOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	1378

1.3.1.	DA COMPETÊNCIA.....	1378	3.	FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1393
1.3.2.	DO JUIZ, DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	1379	4.	TÍTULOS DE CRÉDITO.....	1396
1.4.	DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO.....	1379	5.	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC).....	1398
1.4.1.	DA REVELIA.....	1379	6.	CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	1401
1.4.2.	DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (OUTROS TEMAS)...	1379	✦	DICAS.....	1402
1.4.3.	DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	1379	1.	TEORIA DA EMPRESA E O DIREITO EMPRESARIAL.....	1402
1.4.4.	DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	1379	2.	DO EMPRESÁRIO.....	1402
1.4.5.	DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	1379	3.	DA CAPACIDADE PARA SER EMPRESÁRIO.....	1402
1.5.	DOS RECURSOS.....	1379	4.	DA EIRELI.....	1403
1.5.1.	DA APELAÇÃO.....	1379	5.	ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	1403
1.5.2.	DO AGRAVO.....	1379	6.	DO REGISTRO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS...	1404
1.5.3.	DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1380	7.	DAS SOCIEDADES.....	1404
1.5.4.	DOS RECURSOS PARA O STF E O STJ (RECURSO ESPECIAL)....	1380	8.	ESPÉCIES DE SOCIEDADE.....	1405
2.	DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1380	8.1.	SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS:..	1405
2.1.	DA EXECUÇÃO EM GERAL.....	1380	8.2.	SOCIEDADES PERSONIFICADAS:.....	1406
2.1.1.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1380	8.2.1.	DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A UM SÓCIO (ART. 1.028..... A 1.032..... DO CC).....	1407
2.2.	DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....	1380	8.2.2.	DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE (1.033..... A 1.038..... NCC).....	1407
2.2.1.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1380	9.	FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS – LEI 11.101/05.....	1410
2.2.2.	DA PENHORA, DA AVALIAÇÃO E DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS.....	1381	9.1.	DA FALÊNCIA PROPRIAMENTE DITA.....	1411
2.2.3.	DA EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA.....	1381	9.2.	DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1417
2.3.	DOS EMBARGOS DO DEVEDOR.....	1381	10.	TÍTULOS DE CRÉDITO.....	1420
3.	DO PROCESSO CAUTELAR.....	1381	11.	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	1420
3.1.	DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS.....	1381	✦	SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1422
4.	DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	1382	1.	EXIBIÇÃO DE LIVROS.....	1422
4.1.	DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	1382	2.	FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS.....	1422
4.1.1.	DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	1382	3.	RESPONSABILIDADE NO TRANSPORTE MERCANTIL.....	1422
4.1.2.	DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS ...	1382	4.	TÍTULOS DE CRÉDITO.....	1422
4.1.3.	DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	1382	5.	ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	1422
4.1.4.	DOS EMBARGOS DE TERCEIRO.....	1382	6.	CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA.....	1422
4.1.5.	DA AÇÃO MONITÓRIA.....	1382	7.	RESTITUIÇÃO DE ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO.....	1423
			8.	MARCA COMERCIAL.....	1423
			✦	INFORMATIVOS APLICÁVEIS.....	1423
			✦	STJ.....	1423
			1.	DA SOCIEDADE.....	1423
			1.1.	DA SOCIEDADE PERSONIFICADA.....	1423
			1.1.1.	DA SOCIEDADE SIMPLES.....	1423
			1.1.2.	DA SOCIEDADE LIMITADA.....	1423
			2.	CONTRATOS MERCANTIS.....	1423
			2.1.	ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	1423
			2.2.	CONTRATOS BANCÁRIOS.....	1423

DIREITO EMPRESARIAL..... 1383
André Luiz Carrenho Geia

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES..... 1383

✦ **QUESTÕES..... 1385**

1. SOCIEDADES..... 1385

2. PROPRIEDADE INDUSTRIAL..... 1392

7.4.5.	DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA...	1471	8.1.4.	ALIMENTOS	1478
7.5.	DO ACESSO À JUSTIÇA.....	1472	8.1.5.	DIREITO À SAÚDE.....	1478
7.6.	DOS CRIMES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	1472	8.1.6.	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	1478
7.7.	DO CADASTRO NACIONAL DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CADASTRO-INCLUSÃO).....	1473	8.1.7.	PROFISSIONALIZAÇÃO E TRABALHO.....	1479
7.8.	DO COMPARECIMENTO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA PERANTE OS ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	1473	8.1.8.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1479
7.9.	POLÍTICA NACIONAL.....	1473	8.1.9.	HABITAÇÃO	1479
7.9.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1473	8.1.10.	TRANSPORTE.....	1479
7.9.2.	OBJETIVOS	1473	8.2.	POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO	1480
7.10.	EQUIPARAÇÃO DE OPORTUNIDADES..	1474	8.2.1.	POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO	1480
7.10.1.	ACESSO À EDUCAÇÃO.....	1474	8.2.1.1.	DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO.....	1480
7.10.2.	ACESSO AO TRABALHO.....	1474	8.2.1.2.	AÇÕES GOVERNAMENTAIS	1480
7.11.	ATENDIMENTO E ACESSIBILIDADE.....	1474	8.2.1.3.	MODALIDADES DE ATENDIMENTO.....	1480
7.11.1.	ATENDIMENTO PRIORITÁRIO.	1474	8.2.2.	ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO IDOSO.....	1480
7.11.2.	ACESSIBILIDADE.....	1475	8.2.3.	FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO	1480
7.11.2.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE	1475	8.2.4.	CONSELHOS NACIONAL, ESTADUAIS, DO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPAIS DO IDOSO	1480
7.11.2.2.	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA	1475	8.3.	ACESSO À JUSTIÇA.....	1481
7.11.2.2.1.	ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO.....	1475	8.3.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1481
7.11.2.2.2.	ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE USO COLETIVO...	1475	8.3.2.	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1482
7.11.2.3.	ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLETIVOS	1476	8.4.	CRIMES	1482
7.12.	A PROTEÇÃO E OS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNOS MENTAIS E O MODELO ASSISTENCIAL EM SAÚDE MENTAL	1476	9.	EDUCAÇÃO NACIONAL	1483
7.13.	PENSÃO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS AOS PORTADORES DA DEFICIÊNCIA FÍSICA CONHECIDA COMO SÍNDROME DA TALIDOMIDA	1476	9.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1483
7.14.	COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – CORDE	1476	9.2.	PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	1484
8.	DIREITOS DOS IDOSOS	1477	9.3.	GARANTIAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA.....	1484
8.1.	DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	1477	9.4.	NÍVEIS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO	1484
8.1.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1477	9.4.1.	COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS ESCOLARES.....	1484
8.1.2.	DIREITO À VIDA.....	1477	9.4.2.	EDUCAÇÃO BÁSICA.....	1484
8.1.3.	DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE.....	1477	9.4.2.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1484
				MUDANÇA LEGISLATIVA E PENDÊNCIA JURISDICCIONAL:.....	1484
				BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....	1485
				CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO:.....	1485
				9.4.3.	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL... 1486
				MUDANÇA LEGISLATIVA:.....	1486
				LOCAIS E FORMAS DE DESENVOLVIMENTO:.....	1486
				VALIDADE DO CERTIFICADO:	1487
				9.4.4.	EDUCAÇÃO SUPERIOR..... 1487

PROCESSO SELETIVO PARA ACESSO À GRADUAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR.....	1487		
9.4.5. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	1487		
9.5. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	1488		
QUEM SÃO OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO?.....	1488		
9.6. RECURSOS FINANCEIROS.....	1488		
9.7. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.....	1488		
9.7.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1488		
9.7.2. TRANSFERÊNCIA E GESTÃO OS RECURSOS.....	1488		
9.7.3. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS.....	1489		
9.7.4. ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL, COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS.....	1489		
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS 1490			
1. DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	1490		
1.1. ACESSO AO TRABALHO.....	1490		
1.2. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO....	1490		
1.3. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	1490		
2. EDUCAÇÃO NACIONAL.....	1490		
3. CONSUMIDOR.....	1491		
3.1. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO....	1491		
3.2. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.....	1491		
3.3. CONSÓRCIOS.....	1491		
3.4. IMÓVEL.....	1491		
3.5. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	1491		
3.6. PLANO DE SAÚDE.....	1491		
3.7. PREVIDÊNCIA.....	1491		
3.8. SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO..	1491		
3.9. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	1492		
4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	1492		
4.1. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO....	1492		
5. AÇÃO POPULAR.....	1492		
6. MANDADO DE SEGURANÇA.....	1492		
6.1. CABIMENTO.....	1492		
6.2. CITAÇÃO DE LITISCONORTE.....	1492		
6.3. COISA JULGADA.....	1492		
6.4. COMPETÊNCIA.....	1492		
6.5. DIREITO LÍQUIDO E CERTO.....	1493		
6.6. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1493		
6.7. LEGITIMIDADE ATIVA.....	1493		
6.8. LEGITIMIDADE PASSIVA.....	1493		
6.9. LIMINARES.....	1493		
6.10. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	1493		
6.11. PRAZO DE IMPETRAÇÃO.....	1493		
6.12. RECURSOS.....	1493		
6.13. VIA PROCESSUAL ADEQUADA.....	1493		
✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS 1494			
1. CONSUMIDOR (LEI Nº 8.078/90.....	1494		
– CDC).....	1494		
1.1. COBRANÇA.....	1494		
1.2. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.....	1494		
1.3. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	1495		
1.4. DIREITO À INFORMAÇÃO.....	1497		
1.5. IMÓVEL.....	1497		
1.6. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	1499		
1.7. LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA JUDICIAL.....	1500		
1.8. PLANO DE SAÚDE.....	1500		
1.9. PRÁTICAS ABUSIVAS.....	1507		
1.10. PREVIDÊNCIA.....	1509		
1.11. PROTEÇÃO AO CRÉDITO.....	1509		
1.12. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1513		
2. EDUCAÇÃO.....	1516		
2.1. ACESSIBILIDADE.....	1516		
2.2. ENSINO SUPERIOR.....	1517		
2.3. ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE.....	1518		
2.4. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	1518		
3. MEIO AMBIENTE.....	1528		
4. DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	1529		
4.1. CONCURSO PÚBLICO.....	1529		
4.2. EDUCAÇÃO.....	1529		
5. AÇÕES COLETIVAS EM ESPÉCIES.....	1530		
5.1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (LEI Nº 7.347/85).....	1530		
5.2. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI Nº 8.429/92).....	1531		
DIREITO PENAL 1533			
<i>Rogério Sanches Cunha</i>			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1533		
✦ QUESTÕES..... 1535			
1. PRINCÍPIOS.....	1535		
2. CLASSIFICAÇÃO DE CRIMES.....	1536		
3. LEI PENAL NO TEMPO.....	1537		
4. LEI PENAL NO ESPAÇO.....	1539		
5. TEORIA DO DELITO.....	1539		
6. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.....	1540		
7. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	1540		
8. CULPA.....	1542		
9. ILICITUDE.....	1542		
10. CULPABILIDADE.....	1544		
11. CONCURSO DE PESSOAS.....	1544		
12. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	1545		
13. APLICAÇÃO DA PENA.....	1546		
14. CONCURSO DE CRIMES.....	1546		
15. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....	1548		
16. EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	1548		

17. AÇÃO PENAL	1549	9. ILICITUDE.....	1580
18. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	1549	10. CULPABILIDADE.....	1580
19. FURTO	1550	11. CONCURSO DE PESSOAS	1581
20. ROUBO.....	1551	12. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	1582
21. PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO.....	1551	13. APLICAÇÃO DA PENA	1582
22. ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSO- CIAÇÃO.....	1552	14. CONCURSO DE CRIMES	1583
23. FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA	1552	15. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....	1583
24. ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIO- NAL.....	1552	16. EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	1584
25. INCÊNDIO	1552	17. AÇÃO PENAL	1584
26. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.....	1553	18. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	1585
27. MOEDA FALSA.....	1553	19. FURTO	1585
28. PETRECHOS PARA FALSIFICAÇÃO DE MOEDA	1554	20. ROUBO.....	1586
29. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO.....	1554	21. PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO	1586
30. FALSIDADE IDEOLÓGICA.....	1556	22. ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSO- CIAÇÃO	1586
31. FALSIDADE MATERIAL DE ATESTADO OU CER- TIDÃO.....	1556	23. FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA	1586
32. USO DE DOCUMENTO FALSO.....	1556	24. ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIO- NAL.....	1587
33. SUPRESSÃO DE DOCUMENTO	1557	25. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.....	1587
34. FALSA IDENTIDADE.....	1557	26. MOEDA FALSA	1587
35. CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO	1557	27. PETRECHOS PARA FALSIFICAÇÃO DE MOEDA	1587
36. PECULATO	1558	28. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO.....	1587
37. CORRUPÇÃO PASSIVA.....	1560	29. FALSIDADE IDEOLÓGICA	1588
38. CONCUSSÃO.....	1561	30. FALSIDADE MATERIAL DE ATESTADO OU CER- TIDÃO	1588
39. EXCESSO DE EXAÇÃO.....	1561	31. USO DE DOCUMENTO FALSO.....	1588
40. CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA.....	1561	32. FALSA IDENTIDADE.....	1588
41. ADVOCACIA ADMINISTRATIVA	1562	33. CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO	1588
42. RESISTÊNCIA	1562	34. PECULATO	1588
43. DESACATO.....	1562	35. CONCUSSÃO.....	1589
44. FALSO TESTEMUNHO OU FALSA PERÍCIA	1563	36. EXCESSO DE EXAÇÃO.....	1589
45. FAVORECIMENTO PESSOAL.....	1563	37. CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA.....	1589
46. CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS.....	1564	38. ADVOCACIA ADMINISTRATIVA	1589
47. LEIS ESPECIAIS.....	1566	39. RESISTÊNCIA	1589
47.1. LICITAÇÃO	1566	40. DESACATO.....	1589
47.2. ORDEM TRIBUTÁRIA E ECONÔMICA	1566	41. FALSO TESTEMUNHO OU FALSA PERÍCIA	1590
47.3. CRIMES DE RESPONSABILIDADE.....	1568	42. FAVORECIMENTO PESSOAL	1590
47.4. CRIMES AMBIENTAIS	1570	43. CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS.....	1590
47.5. ABUSO DE AUTORIDADE	1573	44. LEIS ESPECIAIS.....	1590
47.6. CONSUMIDOR	1573	44.1. LICITAÇÃO.....	1590
44.2. ORDEM TRIBUTÁRIA E ECONÔMICA	1591	44.3. CRIMES DE RESPONSABILIDADE.....	1591
44.4. CRIMES AMBIENTAIS	1591	44.5. ABUSO DE AUTORIDADE	1591
44.5. ABUSO DE AUTORIDADE	1591	44.6. CONSUMIDOR	1591
44.6. CONSUMIDOR	1591		
✦ DICAS..... 1575		✦ SÚMULAS APLICÁVEIS 1592	
1. PRINCÍPIOS.....	1575	1. CONCURSO DE PESSOAS	1592
2. CLASSIFICAÇÃO DE CRIMES.....	1575	1.1. STF.....	1592
3. LEI PENAL NO TEMPO.....	1575	2. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	1592
4. LEI PENAL NO ESPAÇO	1576		
5. TEORIA DO DELITO.....	1576		
6. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.....	1578		
7. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	1578		
8. CULPA.....	1579		

2.1. STJ	1592	✦ LEIS PENAIS ESPECIAIS	1596
3. APLICAÇÃO DA PENA	1592	1. ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/03)	1596
3.1. STF	1592	2. LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (LEI 9.296/96)	1596
3.2. STJ	1592	3. LEI DE LICITAÇÕES (LEI 8.666/93)	1596
4. CONCURSO DE CRIMES	1592	4. LEI DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS (LEI 11.343/06)	1596
4.1. STF	1592	5. LEI DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA/ECONÔMICA/CONSUMO (LEI 8.137/90)	1597
5. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	1592	6. LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/06)	1597
5.1. STF	1592	7. OUTRAS LEIS ESPARSAS	1597
6. AÇÃO PENAL	1592	✦ STJ	1598
6.1. STF	1592	1. DAS PENAS	1598
7. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	1593	1.1. DAS ESPÉCIES DE PENA	1598
7.1. STJ	1593	1.1.1. DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	1598
8. FURTO	1593	1.2. DA APLICAÇÃO DA PENA	1598
8.1. STJ	1593	2. DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	1598
9. ROUBO	1593	2.1. DOS CRIMES CONTRA A VIDA	1598
9.1. STF	1593	2.2. DAS LESÕES CORPORAIS	1599
9.2. STJ	1593	3. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1599
10. MOEDA FALSA	1593	3.1. DO ROUBO E DA EXTORSÃO	1599
10.1. STJ	1593	3.2. DO DANO, DA APROPRIAÇÃO INDÉBITO	1599
11. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO	1593	4. DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	1599
11.1. STJ	1593	5. DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	1599
12. FALSIDADE IDEOLÓGICA	1593	6. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	1599
12.1. STJ	1593	7. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1599
13. USO DE DOCUMENTO FALSO	1593	7.1. DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR	1599
13.1. STF	1593	7.2. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	1600
13.2. STJ	1593		
14. FALSA IDENTIDADE	1593		
14.1. STJ	1593		
15. LEIS ESPECIAIS	1594		
15.1. ORDEM TRIBUTÁRIA E ECONÔMICA	1594		
15.1.1. STF	1594		
15.2. CRIMES DE RESPONSABILIDADE	1594		
15.2.1. STF	1594		
15.2.2. STJ	1594		
✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	1594	DIREITO PROCESSUAL PENAL	1601
✦ STF	1594	<i>Ricardo Silveira</i>	
1. DAS PENAS	1594	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1601
1.1. DA APLICAÇÃO DA PENA	1594	✦ QUESTÕES	1603
1.2. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	1594	1. NORMA PROCESSUAL PENAL E SUA APLICAÇÃO	1603
2. DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	1594	2. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS	1604
2.1. DOS CRIMES CONTRA A VIDA	1594	3. AÇÃO PENAL	1606
3. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1594	4. COMPETÊNCIA	1610
3.1. DO ROUBO E DA EXTORSÃO	1594	5. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES	1613
4. DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	1595	6. CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS	1613
5. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	1595	7. PROVAS	1614
5.1. DA FALSIDADE DOCUMENTAL	1595	8. PROCEDIMENTOS	1615
6. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1595		
6.1. DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO	1595		

9. NULIDADES.....	1618		
10. RECURSOS.....	1618		
11. HABEAS CORPUS E MANDADO DE SEGURANÇA	1620		
12. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	1620		
✦ DICAS.....	1622		
1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	1622		
2. NORMA PROCESSUAL PENAL E SUA APLICAÇÃO.....	1626		
3. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	1626		
4. AÇÃO PENAL.....	1628		
5. COMPETÊNCIA.....	1632		
6. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES.....	1637		
7. CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS.	1639		
8. PROVAS.....	1640		
9. PROCEDIMENTOS.....	1644		
10. NULIDADES.....	1648		
11. HABEAS CORPUS E MANDADO DE SEGURANÇA.....	1651		
12. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	1651		
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1656		
1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	1656		
2. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	1656		
3. AÇÃO PENAL.....	1656		
4. COMPETÊNCIA.....	1656		
5. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES.....	1658		
6. CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS	1658		
7. PROVAS.....	1658		
8. PROCEDIMENTOS.....	1658		
9. NULIDADES.....	1659		
10. RECURSOS.....	1659		
11. HABEAS CORPUS E MANDADO DE SEGURANÇA..	1661		
12. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	1661		
✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS.....	1662		
✦ STF.....	1662		
1. DO PROCESSO EM GERAL.....	1662		
1.1. DO INQUÉRITO POLICIAL.....	1662		
1.2. DA AÇÃO PENAL.....	1663		
1.2.1. DA AÇÃO PENAL (DISPOSIÇÕES GERAIS).....	1663		
1.2.2. DA AÇÃO PENAL (DENÚNCIA).....	1663		
1.3. DA COMPETÊNCIA.....	1663		
1.4. DA PROVA.....	1664		
1.4.1. DA PROVA (GERAL).....	1664		
1.4.2. DA PROVA (ILICITUDE).....	1664		
1.5. DOS SUJEITOS DO PROCESSO.....	1664		
1.5.1. DO JUIZ.....	1664		
1.6. DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....	1664		
1.6.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1664		
1.6.2. DA PRISÃO DOMICILIAR.....	1665		
1.6.3. DA PRISÃO PREVENTIVA.....	1665		
1.7. DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES.....	1665		
1.7.1. DAS CITAÇÕES.....	1665		
1.7.2. DAS INTIMAÇÕES.....	1665		
2. DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE.....	1665		
2.1. DO PROCESSO COMUM.....	1665		
2.1.1. DO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	1665		
3. DAS NULIDADES E DOS RECURSOS EM GERAL....	1665		
3.1. DAS NULIDADES.....	1665		
3.2. DOS RECURSOS EM GERAL.....	1666		
3.2.1. DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	1666		
4. TEORIA E PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS.....	1666		
✦ STJ.....	1666		
1. DO PROCESSO EM GERAL.....	1666		
1.1. DO INQUÉRITO POLICIAL.....	1666		
1.2. DA AÇÃO PENAL.....	1666		
1.2.1. DA AÇÃO PENAL (QUEIXA/ REPRESENTAÇÃO).....	1666		
1.2.2. DA AÇÃO PENAL (QUEIXA/ REPRESENTAÇÃO).....	1666		
1.3. DA AÇÃO CIVIL.....	1667		
1.4. DA COMPETÊNCIA.....	1667		
1.5. DA PROVA.....	1667		
1.5.1. DA PROVA (GERAL).....	1667		
1.5.2. DA PROVA (ILICITUDE).....	1667		
1.5.3. DA PROVA (PERÍCIA).....	1667		
1.5.4. DA PROVA (TESTEMUNHAS) ..	1667		
1.6. DOS SUJEITOS DO PROCESSO.....	1667		
1.7. DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....	1667		
1.7.1. DA PRISÃO EM FLAGRANTE....	1667		
1.7.2. DA PRISÃO PREVENTIVA.....	1668		
1.8. DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES.....	1668		
1.8.1. DAS CITAÇÕES.....	1668		
1.8.2. DAS INTIMAÇÕES.....	1668		
1.9. DA SENTENÇA.....	1668		
2. DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE.....	1668		
2.1. DO PROCESSO COMUM.....	1668		
2.1.1. DO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	1668		
3. DAS NULIDADES E DOS RECURSOS EM GERAL....	1668		
3.1. DAS NULIDADES.....	1668		
3.2. DOS RECURSOS EM GERAL.....	1669		
3.2.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1669		
3.2.2. DA APELAÇÃO.....	1669		
3.2.3. DA REVISÃO.....	1669		

DIREITO DO TRABALHO 1671**Marcelo Chaim Chohfi**

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES..... 1671

✦ QUESTÕES..... 1673

1. PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO 1673
2. RELAÇÃO DE EMPREGO E CONTRATOS AFINS 1678
3. CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO 1689
4. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA 1691
5. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO..... 1695
6. FÉRIAS 1706
7. FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO 1709
8. JORNADA DE TRABALHO 1710
9. INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE 1716
10. TRABALHO DA MULHER E DO MENOR 1717
11. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1718
12. INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1721
13. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA..... 1724
14. GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO 1725
15. AVISO PRÉVIO E RUPTURA DO CONTRATO DE TRABALHO 1729
16. DIREITO SINDICAL E COLETIVO DO TRABALHO.. 1739
17. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA E CONCILIAÇÃO EM JUÍZO 1746
18. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA 1746

✦ DICAS (RESUMO)..... 1749

1. PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO 1749
2. RELAÇÃO DE EMPREGO E CONTRATOS AFINS 1750
3. CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO 1753
4. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA 1753
5. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO..... 1754
6. FÉRIAS 1755
7. FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO 1755
8. JORNADA DE TRABALHO 1756
9. INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE 1759
10. TRABALHO DA MULHER E DO MENOR 1760
11. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1761
12. INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1761
13. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA..... 1762
14. GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO 1762
15. AVISO PRÉVIO E RUPTURA DO CONTRATO DE TRABALHO 1763
16. DIREITO SINDICAL E COLETIVO DO TRABALHO.. 1765
17. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA E CONCILIAÇÃO EM JUÍZO 1766
18. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA 1767

✦ SÚMULAS APLICÁVEIS 1767

1. PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO 1767
2. RELAÇÃO DE EMPREGO E CONTRATOS AFINS 1768
3. CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO 1768
4. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA 1768
5. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO 1768
6. FÉRIAS..... 1769
7. FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO 1770
8. JORNADA DE TRABALHO 1770
9. INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE 1771
10. TRABALHO DA MULHER E DO MENOR 1772
11. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1772
12. INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1772
13. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 1772
14. GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO..... 1773
15. AVISO PRÉVIO E RUPTURA DO CONTRATO DE TRABALHO 1774
16. DIREITO SINDICAL E COLETIVO DO TRABALHO.. 1774
17. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA 1775

✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS 1775

1. INTRODUÇÃO (CLT, ARTS. 1º A 12) 1775
2. DAS NORMAS GERAIS DE TUTELA DO TRABALHO (CLT, ARTS. 13 A 223) 1775
 - 2.1. DA IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL (CLT, ARTS. 13 A 56)..... 1775
 - 2.2. DA DURAÇÃO DO TRABALHO (CLT, ARTS. 57 A 75) 1775
 - 2.2.1. HORAS EXTRAS 1775
 - 2.2.2. HORAS "IN ITINERE" 1776
 - 2.2.4. TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS 1776
 - 2.2.5. TRABALHO NOTURNO..... 1776
 - 2.2.6. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO 1776
 - 2.3. DA SEGURANÇA E DA MEDICINA DO TRABALHO (CLT, ARTS. 154 A 223) 1776
 - 2.3.1. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 1776
3. DAS NORMAS ESPECIAIS DE TUTELA DO TRABALHO (CLT, ARTS. 224 A 441) 1777
 - 3.1. DA PROTEÇÃO DO TRABALHO DO MENOR (CLT, ARTS. 402 A 441)..... 1777
4. DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO (CLT, ARTS. 442 A 510)..... 1777
 - 4.1. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 442 A 456)..... 1777
 - 4.2. DA REMUNERAÇÃO (ARTS. 457 A 467). 1777
 - 4.3. DA RESCISÃO (ARTS. 477 A 486) 1777
 - 4.4. DO AVISO PRÉVIO (ARTS. 487 A 491) 1777
 - 4.5. DA ESTABILIDADE (ARTS. 492 A 500).... 1778

5.	DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL (CLT, ARTS. 511 A 610)	1778	9.	EXECUÇÃO TRABALHISTA	1843
5.1.	DA INSTITUIÇÃO SINDICAL (CLT, ARTS. 511 A 569).....	1778	10.	DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO.....	1845
5.2.	DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CLT, ARTS. 578 A 610)	1778		✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	1846
6.	DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO (CLT, ARTS. 611 A 625)	1778	1.	PRINCÍPIOS, TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	1846
7.	TEMAS ESPARSOS	1778	2.	JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	1847
7.1.	PRESCRIÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO	1778	3.	PARTES E PROCURADORES.....	1847
7.2.	RESPONSABILIDADE NO DIREITO DO TRABALHO	1779	4.	RITOS DO PROCESSO DO TRABALHO E INCIDENTES.....	1847
7.2.1.	RESPONSABILIDADE POR DANO MORAL	1779	5.	NULIDADES NO PROCESSO DO TRABALHO.....	1848
7.2.2.	OUTROS TEMAS.....	1779	6.	SENTENÇA E COISA JULGADA	1848
7.3.	TERCEIRIZAÇÃO.....	1779	7.	RECURSOS TRABALHISTAS.....	1852
8.	LEIS ESPECIAIS.....	1780	8.	EXECUÇÃO TRABALHISTA	1854
8.1.	LEI DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (LEI 10.101/00)	1780	9.	DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO.....	1854
8.2.	OUTRAS LEIS ESPECIAIS.....	1780		✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	1855
	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	1781	1.	DA JUSTIÇA DO TRABALHO (CLT, ARTS. 643 A 735).....	1855
	Marcelo Chaim Chohfi		1.1.	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	1855
	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1781	2.	DO PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO (CLT, ARTS. 763 A 910).....	1856
	✦ QUESTÕES.....	1783	2.1.	DO PROCESSO EM GERAL (CLT, ARTS. 770 A 836)	1856
1.	PRINCÍPIOS, TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	1783	2.1.1.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	1856
2.	JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	1789	2.1.2.	OUTROS TEMAS.....	1857
3.	PARTES E PROCURADORES.....	1796	2.1.3.	DOS CONFLITOS DE JURISDIÇÃO (ARTS. 803 A 812)	1857
4.	RITOS DO PROCESSO DO TRABALHO E INCIDENTES.....	1799	2.1.4.	DAS AUDIÊNCIAS (ARTS. 813 A 817).....	1857
5.	NULIDADES NO PROCESSO DO TRABALHO	1808	2.1.5.	DAS PROVAS (ARTS. 818 A 830)	1857
6.	COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	1809	2.1.6.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	1857
7.	SENTENÇA E COISA JULGADA	1810	2.1.7.	COISA JULGADA	1857
8.	RECURSOS TRABALHISTAS	1816	2.2.	DOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (CLT, ARTS. 837 A 855)	1857
9.	EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	1830	2.3.	DOS DISSÍDIOS COLETIVOS (CLT, ARTS. 856 A 875)	1858
10.	DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO	1835	2.4.	DA EXECUÇÃO (CLT, ARTS. 876 A 892) ..	1858
	✦ DICAS.....	1836	2.4.1.	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 876 A 879).....	1858
1.	PRINCÍPIOS, TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	1836	2.4.2.	DO MANDADO E DA PENHORA (ARTS. 880 A 883) ..	1858
2.	JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	1838	2.4.3.	DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO E DA SUA IMPUGNAÇÃO (ART. 884).....	1858
3.	PARTES E PROCURADORES.....	1839	2.4.4.	DO JULGAMENTO E DOS TRÂMITES FINAIS DA EXECUÇÃO (ARTS. 885 A 889-A)	1859
4.	RITOS DO PROCESSO DO TRABALHO E INCIDENTES.....	1839	2.4.5.	PRECATÓRIOS E RPV (CF, ART. 100)	1859
5.	NULIDADES NO PROCESSO DO TRABALHO.....	1840	2.5.	DOS RECURSOS (CLT, ARTS. 893 A 902) ..	1860
6.	COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	1840			
7.	SENTENÇA E COISA JULGADA	1841			
8.	RECURSOS TRABALHISTAS	1841			

2.5.1. DO RECURSO ORDINÁRIO (CLT, ART. 895).....	1860	5. FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1915
2.5.2. DO RECURSO DE REVISTA (CLT, ARTS. 896 A 896-C).....	1860	6. CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	1918
2.5.3. DISPOSIÇÕES GERAIS (CLT, ARTS. 898 A 902).....	1860	7. BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1918
3. LEIS ESPECIAIS.....	1860	8. ACIDENTE DO TRABALHO.....	1928
3.1. LEI DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA (LEI 7.347/85).....	1860	9. REGIMES PRÓPRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL....	1928
3.2. LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA (LEI 12.016/09).....	1861	10. PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR.....	1928
3.3. LEI DE TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (LEI 9.494/97).....	1861	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	1929
3.4. OUTRAS LEIS ESPECIAIS.....	1861	1. SÚMULAS DO STF	1929
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	1865	2. SÚMULAS DO STJ	1929
<i>Ivan Kertzman e Luana Horiuchi</i>		3. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	1930
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1865	✦ ENUNCIADOS DA AGU.....	1932
✦ QUESTÕES.....	1867	✦ CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1934
1. SEGURIDADE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	1867	✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	1934
1.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1873	✦ STF	1934
2. SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEUS DEPENDENTES	1875	1. FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1934
3. QUESTÕES GERAIS SOBRE SEGURIDADE SOCIAL E RGPS	1876	1.1. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS GERAIS.....	1934
4. BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1886	1.2. PIS/PASEP/COFINS/FINSOCIAL.....	1934
4.1. SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO	1894	2. PRESTAÇÕES EM GERAL (LEI 8.213/91)	1934
5. REGIME PRÓPRIO PREVIDENCIÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO	1895	2.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1934
6. CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1898	2.2. PENSÃO POR MORTE.....	1935
✦ DICAS (RESUMO).....	1900	3. OUTROS TEMAS.....	1935
1. HISTÓRICO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1900	✦ STJ.....	1935
2. TEMAS CONSTITUCIONAIS	1901	1. AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1935
3. SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1903	2. FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1935
4. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO	1913	2.1. PIS/COFINS.....	1935
		3. PRESTAÇÕES EM GERAL (LEI 8.213/91)	1936
		3.1. APOSENTADORIA POR IDADE	1936
		3.2. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	1936
		3.3. PENSÃO POR MORTE.....	1936
		4. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (LC 109/01).....	1936